

Permanência na precariedade e no trabalho decente: Um modelo multiestado para as transições segundo a qualidade da ocupação para o Brasil Metropolitano (2003-2007)

Raquel Rangel de Meireles Guimarães¹ Moema Gonçalves Bueno Fígoli² Ana Maria
Hermeto Camilo de Oliveira³
Fevereiro de 2010

Resumo

A promoção do trabalho decente tem sido alvo de diversas políticas em todo o mundo, conforme preconiza a Organização Internacional do Trabalho. Isto porque há uma associação forte entre pobreza e precariedade, e as políticas de emprego podem, portanto, atuar de forma a melhorar a situação laboral dos grupos populacionais mais vulneráveis. Este trabalho buscou investigar em que medida houve variação no tempo de permanência em ocupações precárias e decentes no Brasil Metropolitano, com base nos dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE), no período de 2003 a 2007. O instrumental utilizado foi a tabela de vida multiestado, uma extensão da metodologia da tábua de vida ordinária, na qual são possíveis múltiplas transições entre os estados e estas transições são expressas em termos de probabilidades de transição entre os estados que levam em consideração as probabilidades de morte. As evidências aqui obtidas revelam que tempo médio de permanência na precariedade declinou ao longo do tempo tanto para homens quanto para as mulheres. Já o tempo médio de permanência no trabalho decente apresentou uma melhora até 2006, e em 2007 acentuou os diferenciais por sexo, dada uma melhora para os homens e piora para as mulheres. Ressalta-se, portanto, a necessidade de que as políticas de emprego no Brasil possam ser focalizada nas mulheres e que estejam associadas ao crescimento econômico, de forma a permitir que a permanência no trabalho decente seja potencializada para todos os trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS, TRABALHO DECENTE, TÁBUA DE VIDA MULTIESTADO

1. Introdução

Várias transformações puderam ser observadas no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas em decorrência da globalização dos mercados, da reestruturação produtiva e a introdução das reformas trabalhistas e em seu sistema de proteção social. Podemos destacar dentre elas o aumento na taxa de participação das mulheres, a variação na composição da força de trabalho (sobretudo no que tange a escolaridade), mudanças no ritmo de abertura de postos de trabalho pelas empresas e pelo setor público e as reformulações nas instituições de regulação e fiscalização do trabalho.

A *Agenda Nacional do Trabalho Decente*, sistematizada pelo governo brasileiro em 2006, foi uma resposta das autoridades brasileiras aos anseios da Organização Internacional do Trabalho, a qual se mobilizou para garantir a promoção de postos de trabalho de qualidade neste contexto histórico de mudanças e incertezas no mundo do

¹Mestranda em Demografia/CEDEPLAR/UFMG - raquel@cedeplar.ufmg.br

²Professora do Departamento de Demografia/CEDEPLAR/UFMG - moema@cedeplar.ufmg.br

³Professora do Departamento de Economia/CEDEPLAR/UFMG - ahermeto@cedeplar.ufmg.br

trabalho. Atualmente, esta agenda culminou com a criação do *Programa Nacional do Trabalho Decente*, que é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A partir daí várias iniciativas têm sido concretizadas através da inclusão das metas no Plano Plurianual, centradas nas seguintes prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades de tratamento; erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática [Ministério do Trabalho e Emprego, 2009].

Pode-se dizer que o Brasil progrediu bastante em termos econômicos e sociais ao longo dos anos 2000. Este desempenho favorável decorreu de um grande avanço nas políticas sociais, as quais foram capazes de reduzir significativamente a pobreza e a desigualdade [Barros et al., 2006], além da melhora qualitativa no emprego em decorrência da maior formalização do emprego até 2007 [IPEA, 2007]

Acredita-se que este peculiar momento histórico favorável brasileiro possa de fato ter se traduzido na melhoria da posição dos trabalhadores em termos da qualidade da ocupação no mercado de trabalho no mercado de trabalho. Contudo, resta saber em que medida houve também uma maior permanência dos trabalhadores nos postos de trabalho decentes. Essa discussão é importante, pois sociedades democráticas almejam, em geral, que as melhorias econômicas possam se traduzir no aprimoramento do bem-estar individual.

O objetivo deste artigo é avaliar em que medida as políticas econômicas e sociais favoráveis pelas quais passou o Brasil se traduziram na redução do tempo de permanência dos trabalhadores em postos de trabalho precários (ou não-decentes) nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Para tanto, utilizamos os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE) dos anos de 2003 a 2007 e a metodologia das tábuas de vida multiestado para avaliar as mudanças ao longo deste período nas probabilidades de transição e no tempo médio de permanência na precariedade, no trabalho decente, no desemprego e na inatividade.

2. Trabalho decente: aspectos conceituais e políticas no Brasil

A noção de trabalho decente foi pioneiramente introduzida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na 87^a Conferência Internacional do Trabalho em 1999 [OIT, 1999]. Na ocasião as autoridades da OIT expressaram uma séria preocupação na promoção de oportunidades de trabalho decente e produtivo para homens e mulheres, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.

De uma maneira geral, a definição de trabalho decente inclui seis dimensões. A dimensão da *oportunidade* preconiza que todos aqueles que gostariam de trabalhar devem ser capazes de encontrar trabalho. Portanto, insuficiências na demanda por trabalho (em decorrência de crises, recessões econômicas ou reestruturação produtiva) podem promover a deteriorização do trabalho decente. A dimensão da *liberdade*, por sua vez, ressalta que o trabalho deve ser de livre escolha e que certas formas de trabalho não devem ser aceitas, tais como o trabalho escravo e infantil. Mais ainda, deve ser livre a associação e organização sindical pelos trabalhadores. A dimensão do *trabalho produtivo* é de fundamental importância na garantia da subsistência dos trabalhadores e de suas famílias, além de promover o desenvolvimento econômico local. A dimensão da

equidade no trabalho ressalta que não deve haver nenhuma forma de discriminação no acesso ao trabalho ou na habilidade do trabalhador de conciliar sua vida laboral e familiar. Na dimensão da *segurança no trabalho* está compreendida o acesso à proteção social pelo trabalhador no caso de adversidades relacionadas ao trabalho. Por fim, a dimensão da *dignidade* postula que os trabalhadores devem ser tratados com respeito no ambiente de trabalho e ter voz ativa nas decisões sobre suas condições de trabalho [Anker et al., 2002]

Argumenta-se que a promoção do trabalho decente tende a garantir que os frutos do crescimento econômico se traduzam em melhoria do bem-estar social. Em outras palavras, se uma maior parcela da população está alocada em postos de trabalho decente, então isto pode se refletir em um posterior incremento no desenvolvimento social e econômico. A visão da OIT, portanto, é a de que nos países nos quais prevalecem altos níveis de trabalho decente há de fato uma melhor apropriação pela população dos benefícios da globalização econômica [Ghai, 2002]

Por ser um conceito multifacetado, a mensuração e análise do trabalho decente é uma tarefa bastante complexa. Embora algumas de suas dimensões conceituais sejam aceitas em qualquer sociedade e país, outros aspectos dependem de padrões culturais e institucionais. Neste sentido, enquanto é consensual a idéia de que o maior número possível de pessoas deveria ser remunerada de forma justa e trabalhasse em condições aceitáveis, por outro lado o valor estipulado do que seria um *salário justo* ou as *condições ótimas de trabalho* se diferem conforme a sociedade [Anker et al., 2002]

Pode-se afirmar que a preocupação para a promoção do trabalho decente reside fundamentalmente na busca pela melhoria da situação laboral presente dos pobres e vulneráveis. Assim, há uma relação implícita entre pobreza e ausência de trabalho decente. Análises estatísticas temporais que forneçam conclusões substantivas sobre progresso em direção ao trabalho decente são indicadores importantes para subsidiar a avaliar a implementação de políticas sociais direcionadas à população desfavorecida [Ghai, 2002].

No Brasil, a discussão em torno do trabalho decente é bastante pertinente, posto que as transformações estruturais no mundo do trabalho, especialmente ao longo da década de 90, tenderam a potencializar os efeitos perversos da precariedade. Observa-se que a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa, o que pode ter potencializado o aumento da informalidade. Ao mesmo tempo, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 90 - tanto em valores absolutos quanto em relação ao total dos gastos públicos - em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho [Pochmann, 2006].

Recentemente evidencia-se que os indicadores do mercado de trabalho apresentaram uma melhora substantiva, especialmente no que concerne a formalização e criação de postos de trabalho [IPEA, 2007]. Todavia, resta saber em que medida as diferentes tendências da década de 1990 e 2000 se anularam ou não e o seu impacto sobre a permanência dos trabalhadores na precariedade.

3. Dados e Metodologia

Neste trabalho utilizamos os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) no período compreendido entre 2003 e 2007. A PME é uma das poucas pesquisas longitudinais realizadas no Brasil e se destina a coleta de informações sobre emprego, renda e educação. Sua amostra compreende as regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador.

No desenho e implementação da PME, os domicílios são acompanhados longitudinalmente da seguinte forma: durante quatro meses o domicílio é entrevistado, nos 8 meses subsequentes o domicílio deixa a amostra, no décimo segundo mês após a primeira entrevista o domicílio retorna à amostra e então permanece por mais quatro meses. Desta forma, entre a primeira e a quinta entrevista têm-se uma medida das transições anuais pelas quais passaram os membros daquele domicílio.

Neste trabalho, utilizamos a primeira e a quinta entrevista dos indivíduos na PME para verificar as transições anuais entre ocupações precárias e não-precárias e entre o desemprego e a inatividade. Adotamos então aqui o pressuposto de que não houve transições no período compreendido entre a primeira e a quinta entrevista (ou seja, no intervalo de um ano-calendário).

Uma das principais dificuldades no que concerne a utilização das bases da PME diz respeito à localização do mesmo indivíduo no painel de domicílios, ou seja, o pareamento dos indivíduos residentes no mesmo domicílio a cada entrevista. Isto porque pode não ser possível observar o mesmo indivíduo nas oito entrevistas. Portanto, os dados da PME podem sofrer três tipos de atrição: porque os indivíduos migram ao longo da pesquisa, porque eles se recusam a responder a pesquisa ou porque o critério de emparelhamento usualmente utilizado pode ser ineficiente [Ribas e Soares, 2008]. Para contornar este problema, utilizamos os algoritmos de pareamento disponibilizados pelos pesquisadores do IPEA.

Um desafio importante deste trabalho foi construir a tipologia de trabalho decente. Discutimos anteriormente que a construção de um indicador que sistematize todas as dimensões do trabalho decente não é uma tarefa simples, posto que algumas de suas características não podem ser identificadas por meio das pesquisas domiciliares. Diante disto, optamos neste artigo por definir as ocupações precárias, priorizando as dimensões da renda, da jornada de trabalho e da formalização do trabalhador. Assim, aqueles trabalhadores que não estavam inseridos em ocupações precárias, que não estavam desempregados e não eram inativos na semana da entrevista da PME foram considerados como empregados em postos de trabalho decente. Foram considerados trabalhadores precários aqueles cujas características das ocupações satisfizeram pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Trabalhadores *subremunerados* segundo a tipologia da PME (IBGE), que considera a proporcionalidade entre o rendimento habitualmente recebido no mês de referência e horas habitualmente trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos;⁴
- Trabalhadores por conta-própria, não-contribuintes de sistema de previdência e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos;
- Trabalhadores empregados sem carteira assinada, não contribuintes de sistema

⁴Variável derivada número 7 da PME

previdenciário e com rendimento mensal inferior a dois salários mínimos.

Para estimar o tempo de permanência do trabalhador em ocupações precárias, decentes ou no desemprego e na inatividade utilizamos as tabelas de vida multiestado ou tábuas de incremento-decremento. Esse instrumental permite avaliar o padrão de incrementos e decrementos em uma população bem definida cujo membros podem ser movem entre estados transitórios e absorventes [Namboodiri e Suchindran, 1987]. Neste trabalho utilizamos as tábuas de vida não-hierárquicas, as quais permitem que os indivíduos retornem a um estado ao longo de suas transições.

As tábuas de vida multiestado são nada mais que generalizações das tábuas de vida ordinárias (isto é, aquelas na qual apenas é permitido apenas um decremento - a morte do indivíduo). A abordagem multiestado permite que, por meio de operações matriciais, se estimem matrizes de probabilidades de transição a cada idade. A partir destas probabilidades de transição são computadas as demais funções da tábua de vida [Rodgers, 1995].

A abordagem de transição adotada neste trabalho deriva do conceito de passagem proposto por Rogers [1995]. Para o autor, a passagem é o resultado de uma mudança no estado individual de presença entre dois pontos no tempo. São utilizados nesta abordagem dados na forma de proporção de sobreviventes, ou seja, a relação entre a quantidade de indivíduos em um estado particular e o total de indivíduos no mesmo ponto no tempo.

A estimação da matriz de probabilidades de transição inicia-se pelo cálculo da proporção de sobreviventes em cada estado condicionada à sobrevivência, $S(x)$:

$$S_{ij}(x-1) = \frac{K_{ij}(x)}{\sum_{k=1}^m K_{ik}(x)} \quad (1)$$

Onde $K_{ij}(x)$ é o número de pessoas que estavam no estado i no tempo $t-1$ e passaram para o estado j no tempo t . No denominador tem-se o número de indivíduos no tempo t , ou seja, a soma de todos aqueles indivíduos que transitaram ou aqueles que permaneceram no mesmo estado. Essa proporção de sobrevivência em cada estado está condicionada à sobrevivência uma vez que só temos as informações dos indivíduos que sobreviveram no tempo $t+1$. As proporções de sobrevivência foram computadas neste trabalho para os grupos etários quinquenais a partir dos 15 anos de idade, partindo-se do pressuposto de que nesta idade inicia-se a vida ativa do indivíduo.

Para a aplicação da tábua de vida multiestado é necessário que estas proporções condicionais observadas sejam convertidas em probabilidades. Para tanto, adotamos neste artigo a aproximação de Wilson [1977, *apud* Rogers] para a estimação das probabilidades de transição condicionadas à sobrevivência nos grupos etários intermediários:

$$P(x) = \frac{1}{2} \times (S(x-5) + S(x)) \quad (2)$$

Para o cálculo da probabilidade de transição condicional à sobrevivência para o primeiro e o último grupo etário (15-19 e 55 ou mais, respectivamente), é necessário a adoção de alguns pressupostos. Como os indivíduos com idade entre 15 e 19 estarão

expostos ao risco de mudarem de estado em apenas uma parte do período, eleva-se sua proporção de sobreviventes ao quadrado de forma a obter uma aproximação do risco correspondente ao total do período [Rodgers, 1995]

$$P(15) = \frac{1}{2} \times (S(x-5)^2 + S(x)) \quad (3)$$

No caso das probabilidades estimadas para o grupo etário aberto (neste trabalho, 55 anos de idade ou mais), Ledent e Ress [1986, *apud* Rogers] propuseram a seguinte aproximação:

$$P(55+) = \frac{1}{3} \times (2 \times S(50)^2 + S(55+)) \quad (4)$$

Para prosseguir com o cálculo da tábua de vida multiestado, é necessário que se obtenha o conjunto de probabilidades de transição não condicionais à sobrevivência. Em outras palavras, é preciso que se incorpore a probabilidade de que um indivíduo venha a morrer na análise (passar para um estado absorvente). Isto é possível por meio da aplicação de uma matriz diagonal que contém as probabilidades de sobrevivência (ou seja, uma função de mortalidade):

$$P_d(x) = P(x) \times P_o(x) \quad (5)$$

Onde $P_d(x)$ é a matriz de probabilidades de transição descondicionalizada, $P(x)$ é a matriz de probabilidades de transição condicional à sobrevivência e $P_o(x)$ é a matriz diagonal das probabilidades de sobrevivência.

Neste artigo adotamos o pressuposto de que a mortalidade é não-diferencial por status no mercado de trabalho (desemprego ou inatividade) e qualidade da ocupação. Este pode ser um pressuposto bastante forte. São significativas as dificuldades enfrentadas pelos estudos que buscam analisar os diferenciais de mortalidade por status no mercado de trabalho: em primeiro lugar, pois nem sempre a ocupação na data do óbito é reportada nos registros, ou mesmo é coletada corretamente [Enterline e McKiever, 1963]; em segundo lugar, pois a ocupação está altamente correlacionada com a renda e educação do indivíduo, o que dificulta a estimação dos efeitos causais da influência do status ocupacional sobre a mortalidade [Ruzicka et al., 1995]. No caso brasileiro, não foram encontrados exercícios que estimassem a mortalidade diferencial por ocupação, embora haja evidências da existência de um diferencial socioeconômico na mortalidade, especialmente conforme o grau de escolaridade [Pérez e Turra, 2008]. Diante desta dificuldade de obterem-se medidas robustas do diferencial de mortalidade por ocupação, optamos por simplificar a análise e considerar que a mortalidade é neutra por status ocupacional.

Assumimos ainda que a tábua de mortalidade do Brasil representa bem o comportamento da mortalidade nas seis regiões metropolitanas de análise (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife). Posto que neste exercício calculamos as transições anuais no período 2003-2007, utilizamos as tábuas de vida estimadas pelo CELADE para os quinquênios 2000-2005 e 2005-2010 para obter as probabilidades de sobrevivência [CELADE, 2001].

Assim, o número esperado de indivíduos sobreviventes no estado j entre os indivíduos vivos atualmente no estado i na idade x (é obtido da seguinte forma:

$$P_d(x) = P(x) \times P_o(x) \quad (6)$$

As demais funções da tábua de vida multiestado são obtidas de forma análoga à da tábua de vida ordinária. O número esperado de sobreviventes que estarão no estado j entre os indivíduos vivos atualmente no estado i na idade x , $l_{ij}(x+5)$:

$$l_{ij}(x+5) = \sum_{k=1}^m l_{ik}(x) \times P_d(x) \quad (7)$$

O número esperado de óbitos entre as idades x e $x+5$ entre as pessoas que estavam no estado i na idade x é dado pela seguinte relação:

$$d_{ij}(x) = l_{ij}(x) - l_{ij}(x+5) \quad (8)$$

Note ainda que a equação 8 expressa também o número de pessoas que estariam no estado j na idade x se tivessem sobrevivido.

O tempo médio de anos vividos no estado j entre as idades x e $x+5$ pelos indivíduos que sobreviveram no estado i na idade x é dado por:

$$L_{ij}(x) = \frac{5}{2} \times (l_{ij}(x) + l_{ij}(x+5)) \quad (9)$$

O tempo total a ser vivido (em pessoas-anos) além da idade x pela coorte $l_i(x)$ por estado é dado por:

$$T_{ij}(x) = \sum_{x=0}^{\omega} L_{ij}(x) \quad (10)$$

E o número de pessoas de idade x no estado i :

$$l_i(x) = \sum_{k=1}^m l_{ik}(x) \quad (11)$$

E, por fim, o indicador-síntese das transições ocupacionais ou de status ocupacional é obtido por meio da esperança de vida além da idade x para as $l_i(x)$ pessoas da coorte por estado original:

$$e_{ij}(x) = \frac{T_{ij}(x)}{l_i(x)} \quad (12)$$

4. Resultados

Nesta seção apresentamos os resultados da estimação das tábuas de vida multiestado por ano (2003-2007) e sexo do trabalhador. Para facilitar a compreensão dos resultados referentes a cada fluxo, construímos uma codificação que permite identificar a qual fluxo a medida da tábua de vida se refere (Tabela 1).

Tabela 1: Codificação usada para caracterizar os fluxos conforme qualidade da ocupação e status no mercado de trabalho

estado t \ estado t+1	precário	decente	desemprego	inatividade
precário	11	12	13	14
decente	21	22	23	24
desemprego	31	32	33	34
inatividade	41	42	43	44

Fonte: Elaboração própria das autoras

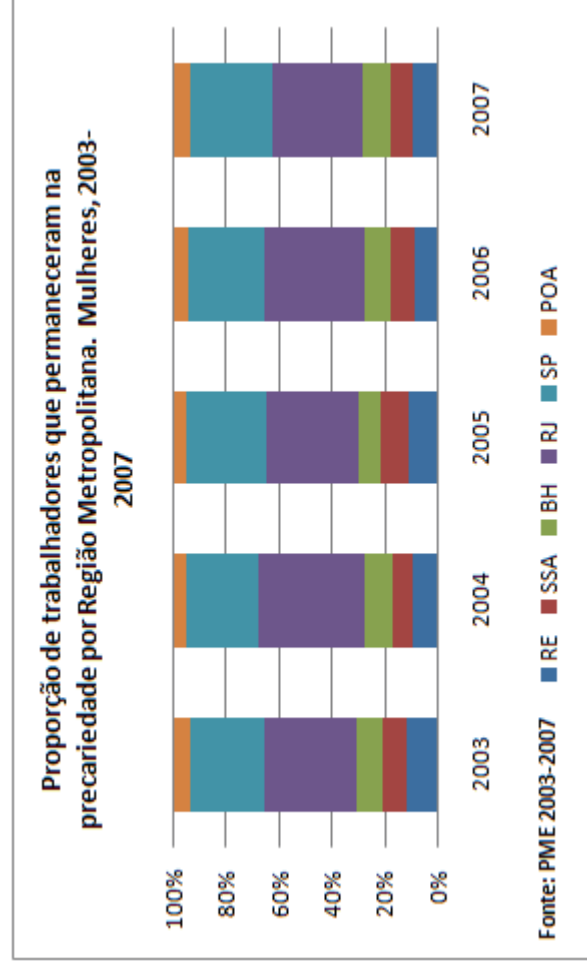
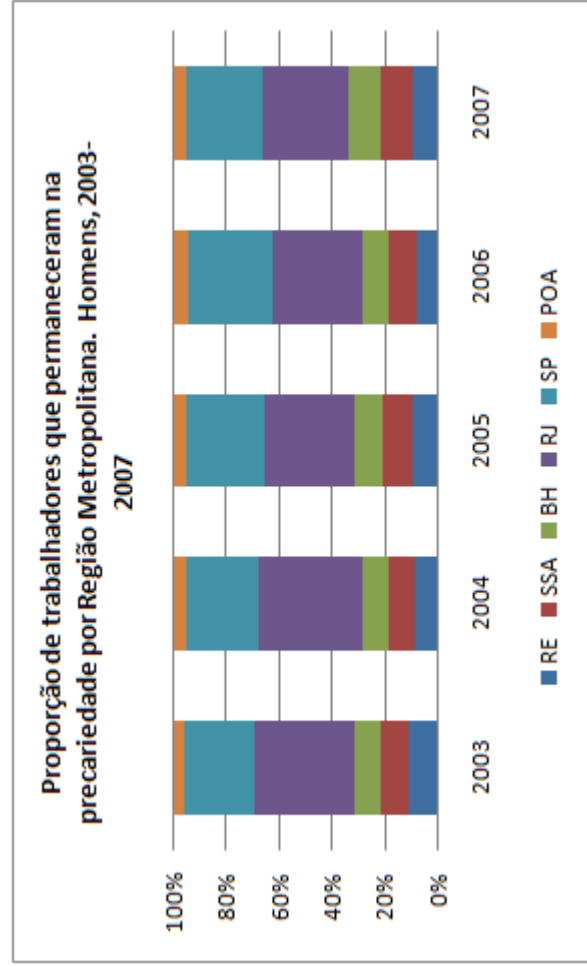
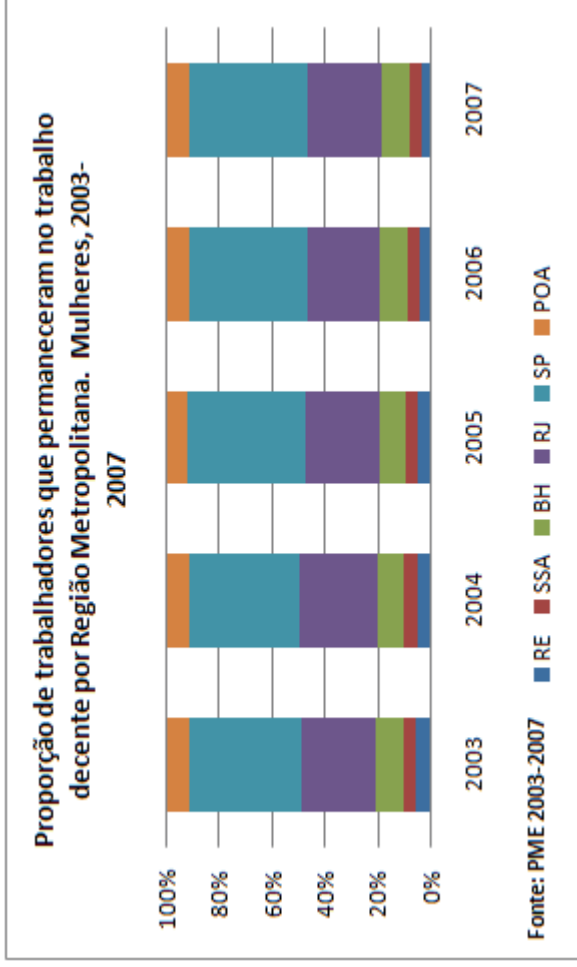
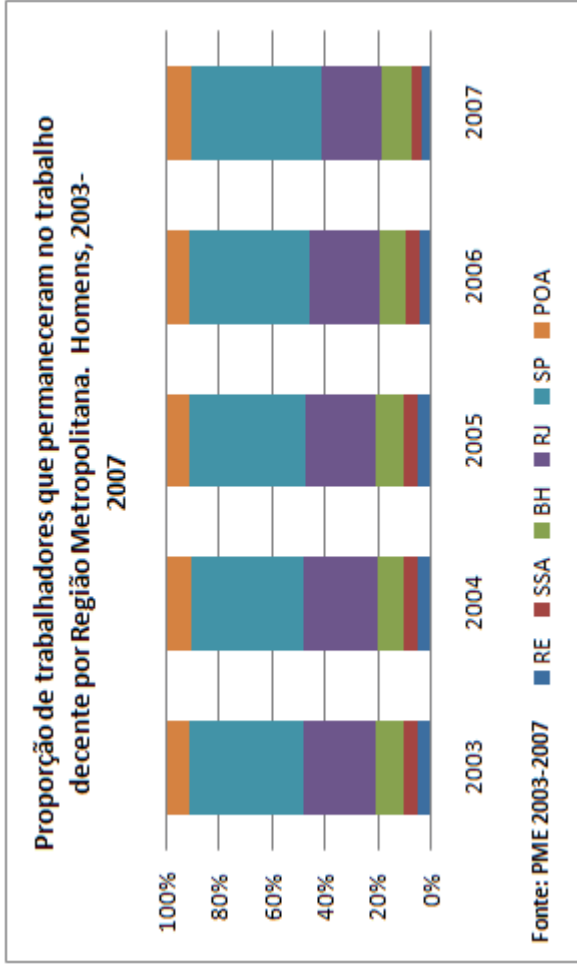
Todas as estimações realizadas neste trabalho se basearam no desenho amostral da PME (IBGE). Esta opção nos permitiu obter os totais populacionais em cada Região Metropolitana e levar em consideração no cálculo das proporções a amostragem complexa da pesquisa.

1. Estatísticas Descritivas

A Figura 1 mostra a proporção de homens e mulheres em cada ano investigado que permaneceram na precariedade e no trabalho decente por Região Metropolitana (RM). No período compreendido entre 2003 e 2007 parece não ter havido significativa mudança na composição por Região Metropolitana dos indivíduos que permaneceram na precariedade e no trabalho decente. Mais ainda, parece não haver diferencial por sexo entre os que permaneceram no trabalho precário e no trabalho decente por Região Metropolitana.

De fato, as diferenças mais perceptíveis na Figura 1 remontam a um diferencial na composição entre regiões se a permanência considerada for no trabalho precário ou no trabalho decente. A RM do Rio de Janeiro se destaca pela maior proporção de trabalhadores que permaneceram na precariedade, seguido pela RM de São Paulo. Por sua vez, a RM paulista se destaca com a maior proporção de indivíduos que permaneceram no trabalho decente, seguido pela RM do Rio de Janeiro. De certa forma, parece haver uma certa compensação nestes mercados de trabalho metropolitanos dos estados com elevado dinamismo econômico. A RM de Porto Alegre apresenta uma menor prevalência na população de indivíduos que permaneceram no trabalho precário em relação ao emprego decente. Todavia, as RMs de Recife e Salvador claramente possuem uma menor prevalência na população de indivíduos que permaneceram em ocupações decentes. Assim, uma análise acurada desta figura revela que os diferenciais socioeconômicos regionais podem estar se traduzindo em diferenciais na qualidade do emprego por região. Contudo, cumpre ressaltar que estas regiões possuem diferentes dotações de trabalhadores segundo atributos de produtividade e discriminatórios, o que pode explicar parte dos diferenciais na permanência no trabalho precário e no trabalho decente por RM.

Figura 1: Proporção de indivíduos por região metropolitana e sexo conforme permanência na precariedade e no trabalho decente, 2003-2007



Com o intuito de caracterizar os atributos pessoais dos indivíduos que permaneceram na precariedade ou no trabalho decente, calculamos as proporções de trabalhadores por raça/cor ao longo do tempo em cada um dos estados. A Figura 2 mostra os resultados. No período analisado parece que não houve mudanças significativas nas proporções de homens e mulheres por raça/cor em cada estado de permanência. Mais ainda, parece não haver um diferencial entre homens e mulheres por raça/cor, dado que permaneceram no trabalho precário ou decente. Mais uma vez, o diferencial se dá na composição por raça/cor entre trabalhadores que permaneceram na precariedade e trabalhadores que permaneceram em ocupações decentes ao longo de 12 meses: entre aqueles que permaneceram na precariedade, os negros são maioria (aproximadamente 60% ao longo do período), enquanto que, entre os trabalhadores que permaneceram em ocupações decentes, os brancos são maioria (também com uma média de 60% da população ao longo do período).

Outra análise importante diz respeito à composição por grupos de escolaridade dos trabalhadores do sexo masculino e feminino em cada estado ocupacional de permanência (precário ou decente) e a sua evolução no tempo. Esta descrição pode ser visualizada através da Figura 3. Por se tratar de um período curto de análise (apenas 4 anos), de fato a composição por grupos de escolaridade a cada sexo e estado de permanência não se altera significativamente no Brasil Metropolitano. Contudo, parece haver um diferencial entre homens e mulheres em cada um dos estados de transição no que tange a escolaridade, com maiores proporções de mulheres com entre 9 e 11 anos de estudo e entre 4 e 8 anos de estudo no estado precário em todos os pontos no tempo do que o observado para os homens e menores proporções de mulheres com entre 0 e 3 anos de estudo. Analogamente, há uma proporção maior de mulheres que permaneceram no trabalho decente com pelo menos o Ensino Médio Completo (12 anos de estudo ou mais) do que a proporção deste grupo de escolaridade entre os homens. Sobretudo, esta evidência reflete a já constatada maior escolarização média das mulheres. Em relação à qualidade da ocupação, como já era de se esperar, prevalece entre os que permaneceram no trabalho decente grupos populacionais com escolaridade mais elevada, enquanto que entre os que permaneceram no trabalho precário prevalecem grupos populacionais com menor escolaridade. Na próxima subseção procedemos com a análise dos resultados do modelo multiestado.

2. Modelo Multiestado

Os resultados apresentados neste artigo em relação ao modelo multiestado compreendem basicamente as probabilidades de transição entre os quatro estados conforme a idade (ocupação precárias, ocupação decente, desemprego e inatividade) que levam ainda em consideração a probabilidade de morte e a medida resumo das transições ao longo do ciclo de vida: a esperança de vida em cada o estado (ou o tempo médio a ser vivido em cada transição).

Para ilustrar os resultados mais significativos para o nosso estudo, procedemos com a análise gráfica. A Figura 4 reporta o tempo médio de permanência em cada um dos fluxos. Esta esperança de vida corresponderia, por exemplo, ao tempo médio a ser vivido por um indivíduo que iniciou sua trajetória no mercado de trabalho aos 15 anos em uma ocupação precária nesta mesma situação. Assim, as esperanças de vida de permanência em cada status (fluxos 11, 22, 33, e 44) nos dão uma medida da permanência em cada status.

Figura 2: Proporção de indivíduos por raça/cor e sexo conforme permanência na precariedade e no trabalho decente. Brasil Metropolitan, 2003-2007

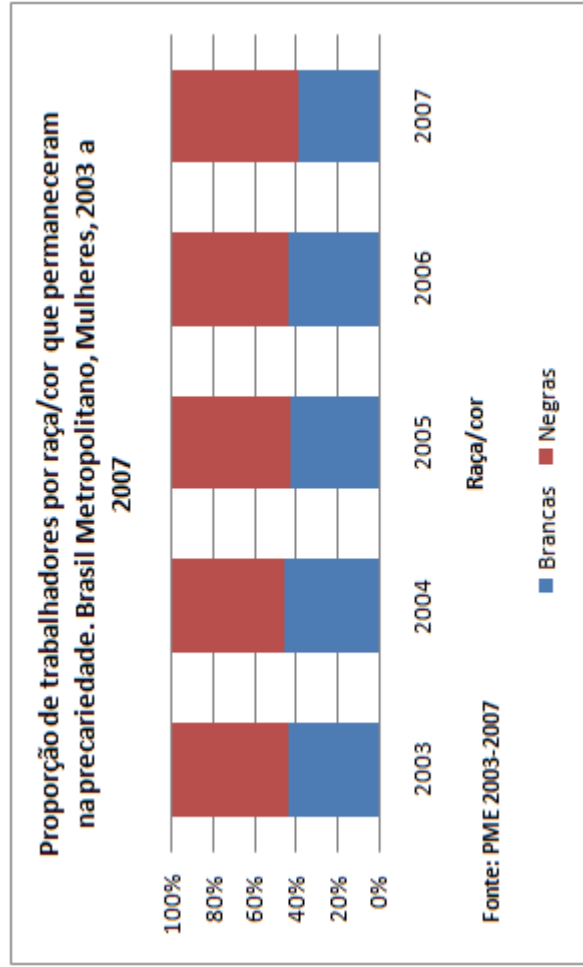
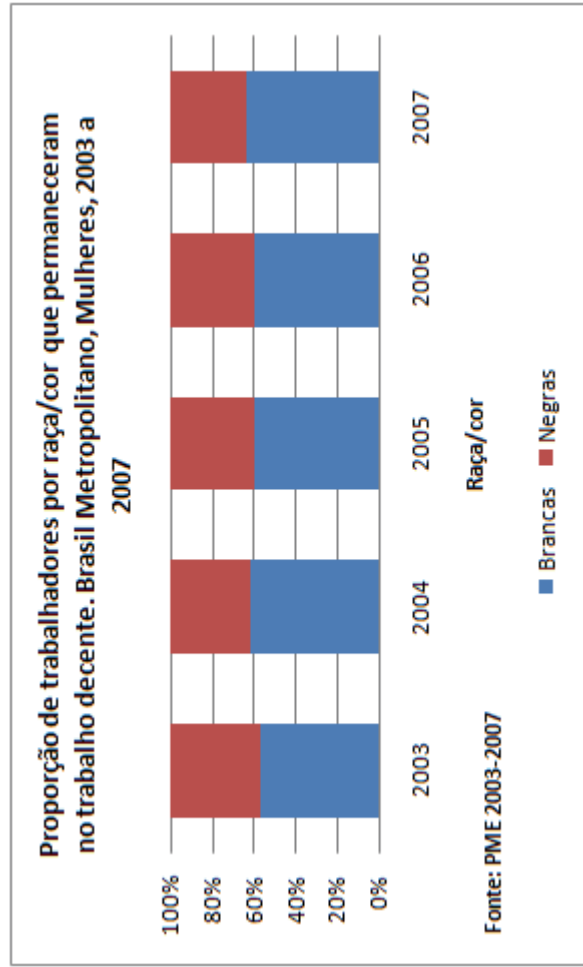
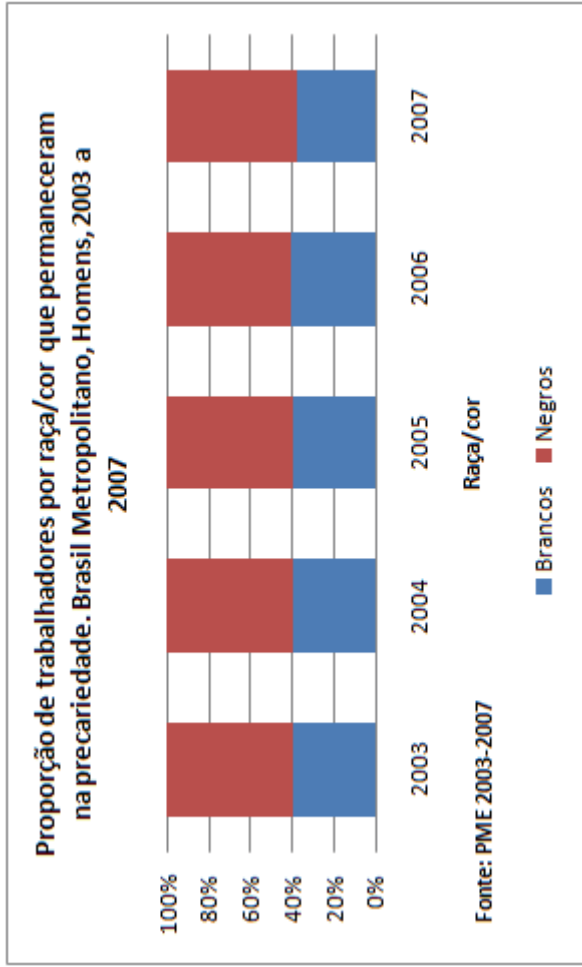
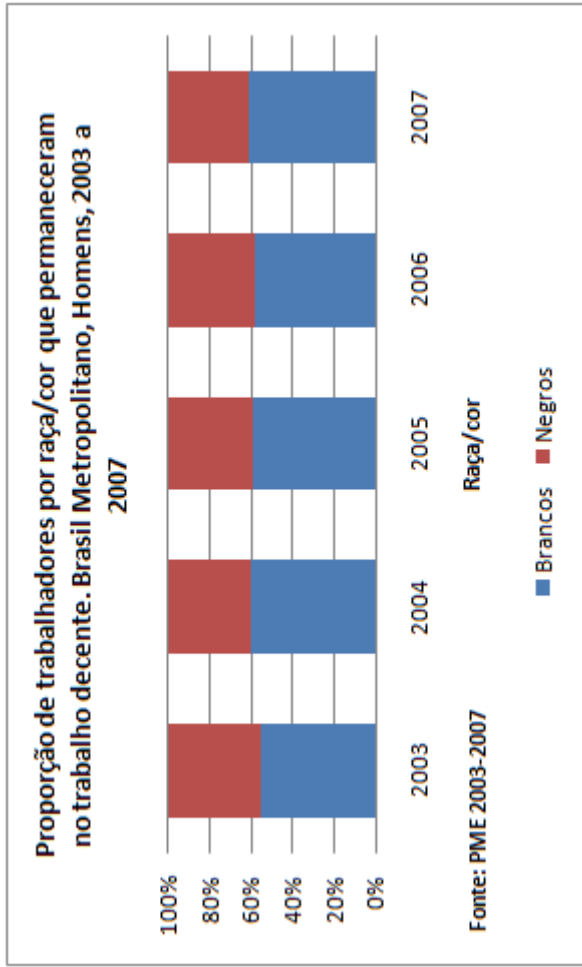


Figura 3: Proporção de indivíduos por grupos de anos de estudo e sexo conforme permanência na precariedade e no trabalho decente. Brasil Metropolitanano, 2003-2007

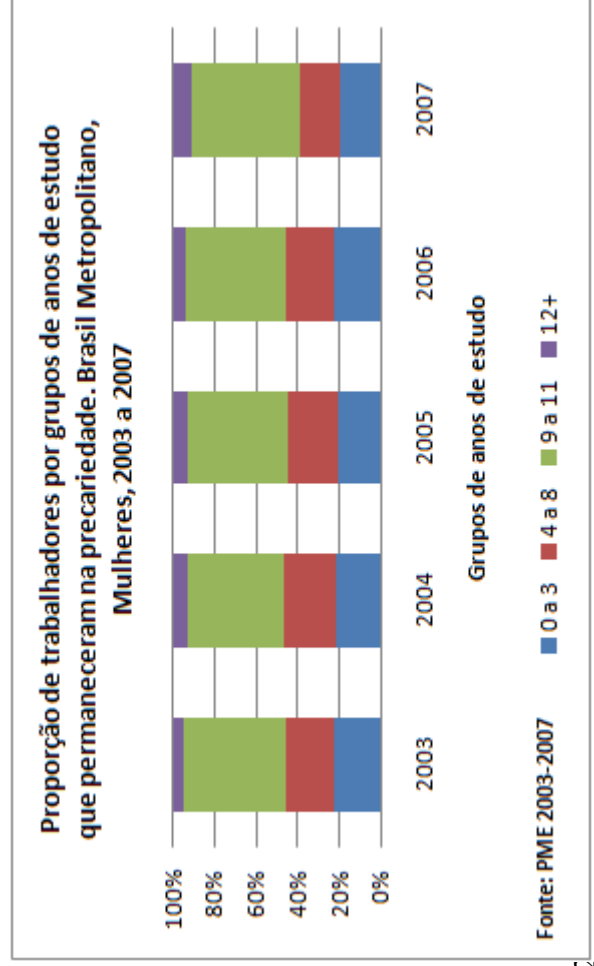
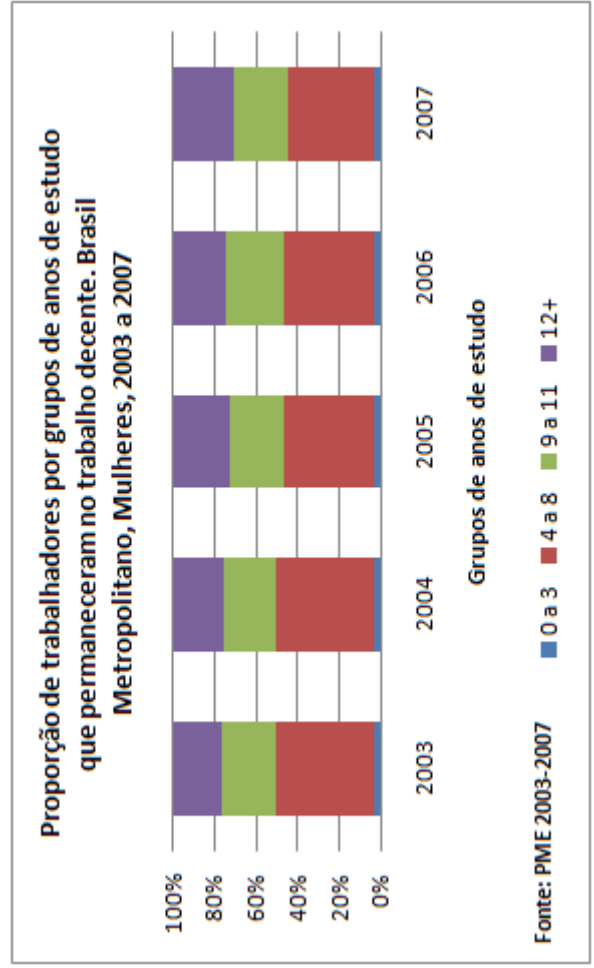
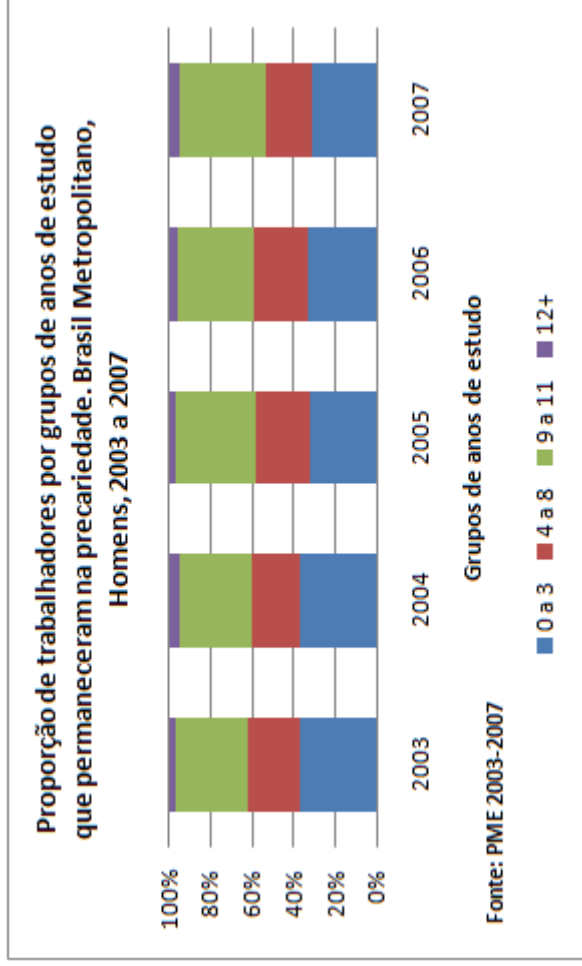
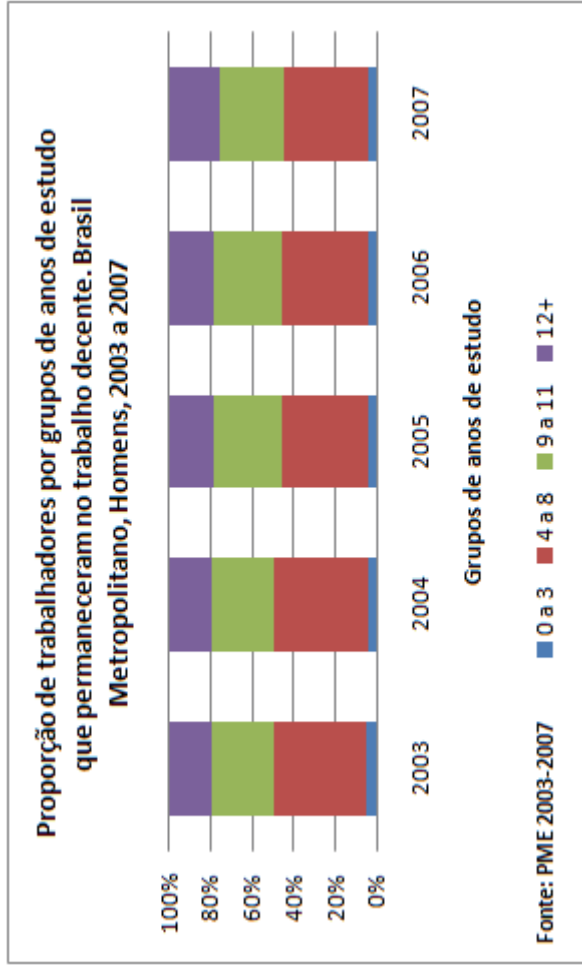


Figura 4: Tempo médio de permanência em cada status a partir dos 15 anos de idade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003-2007

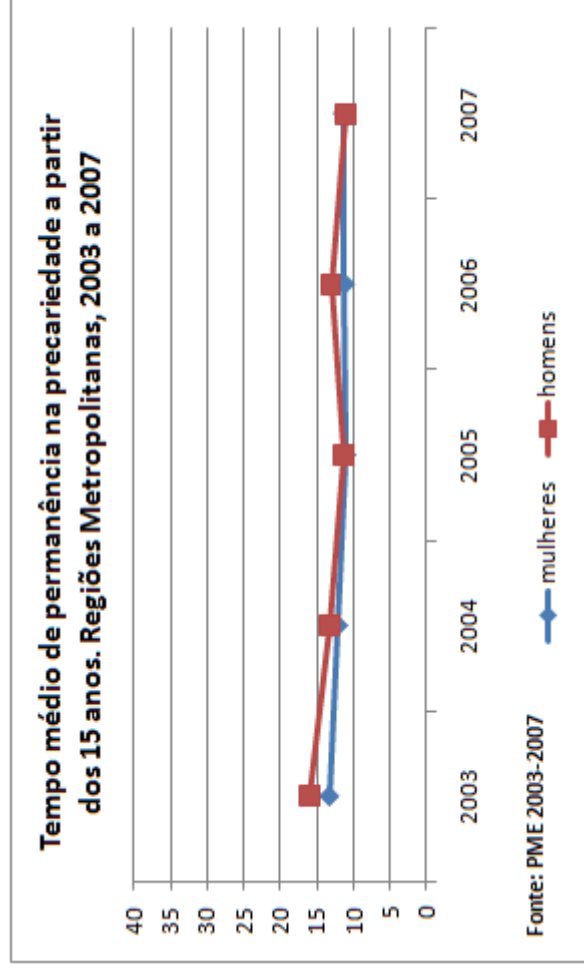
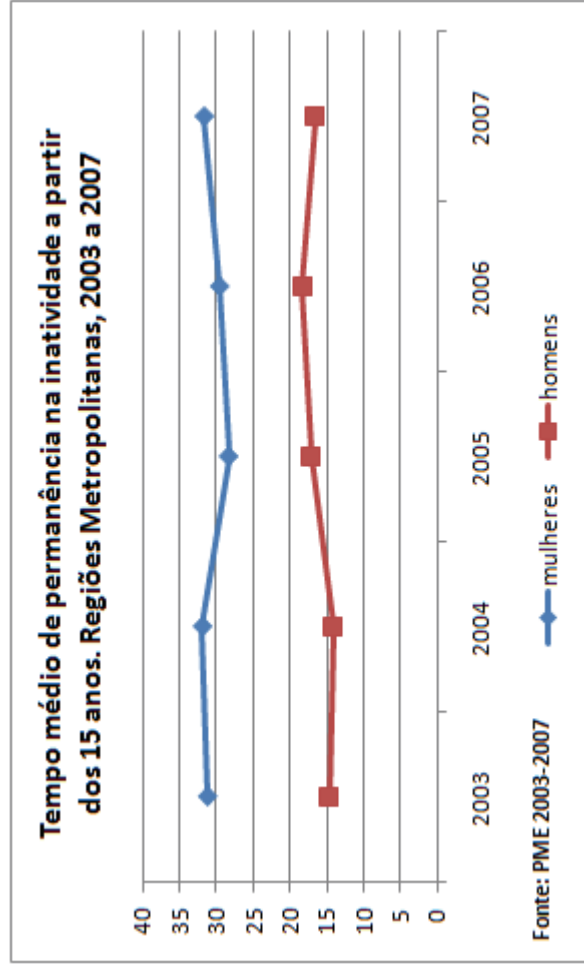
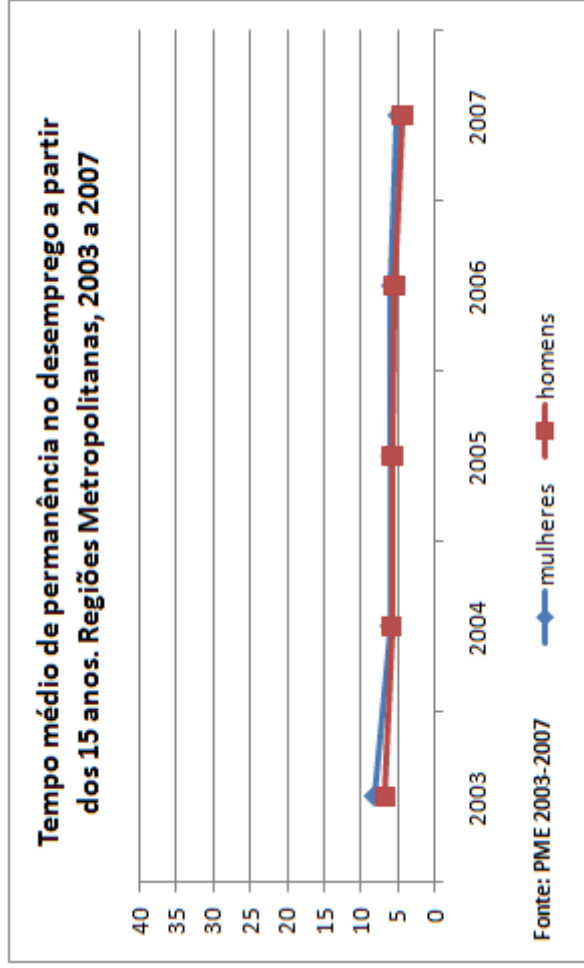
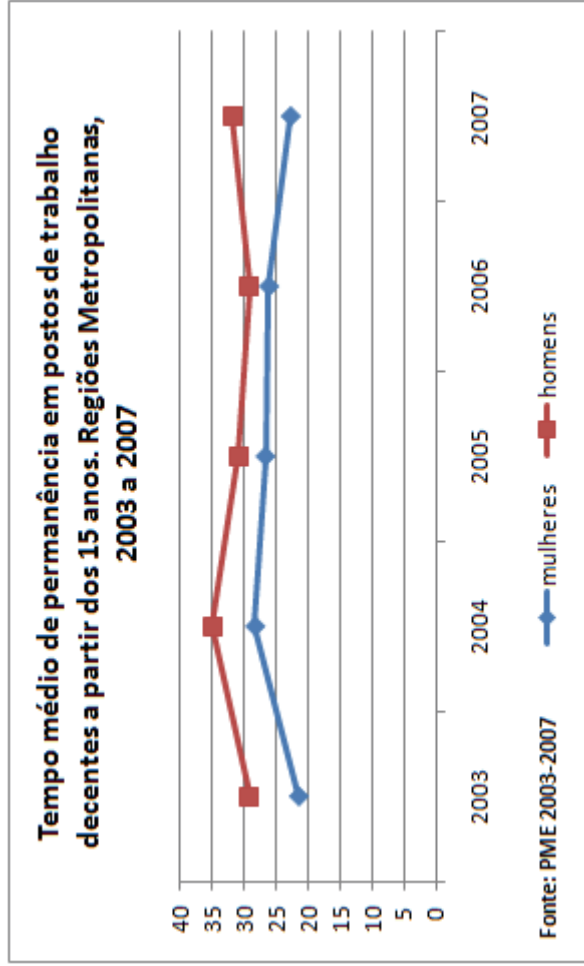


Figura 5: Probabilidades descondicionadas de permanência na precariedade e no trabalho decente a partir dos 15 anos de idade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003-2007

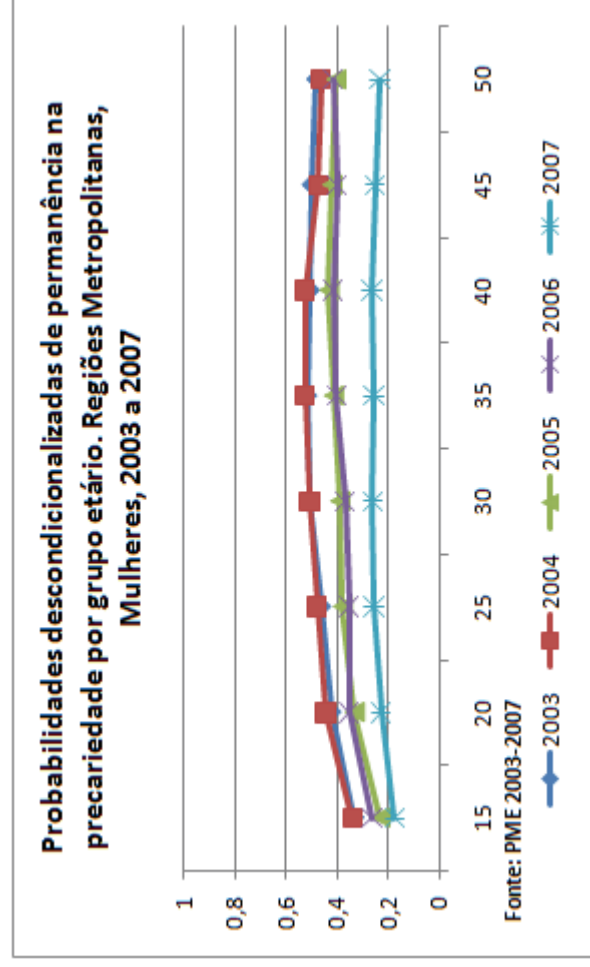
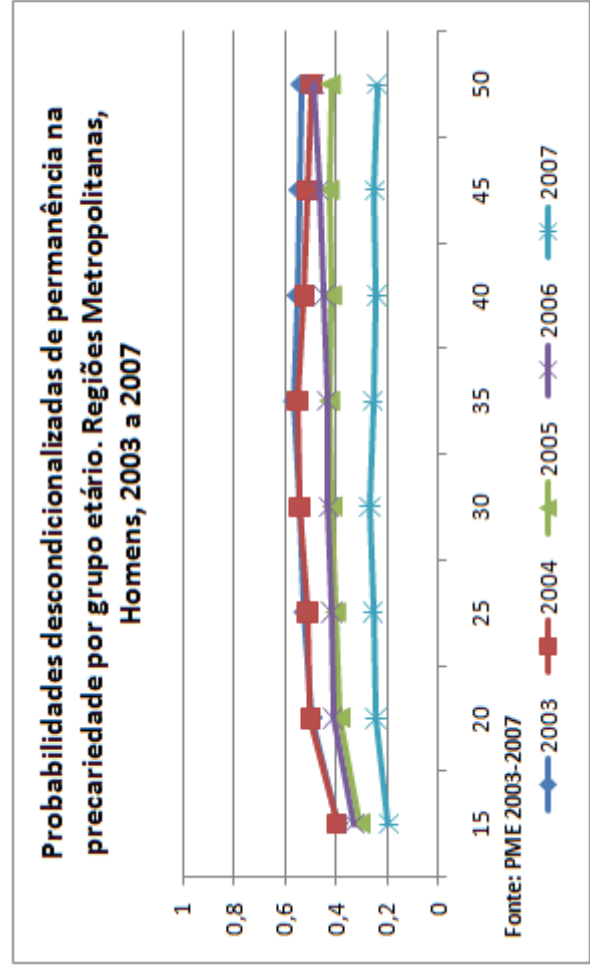
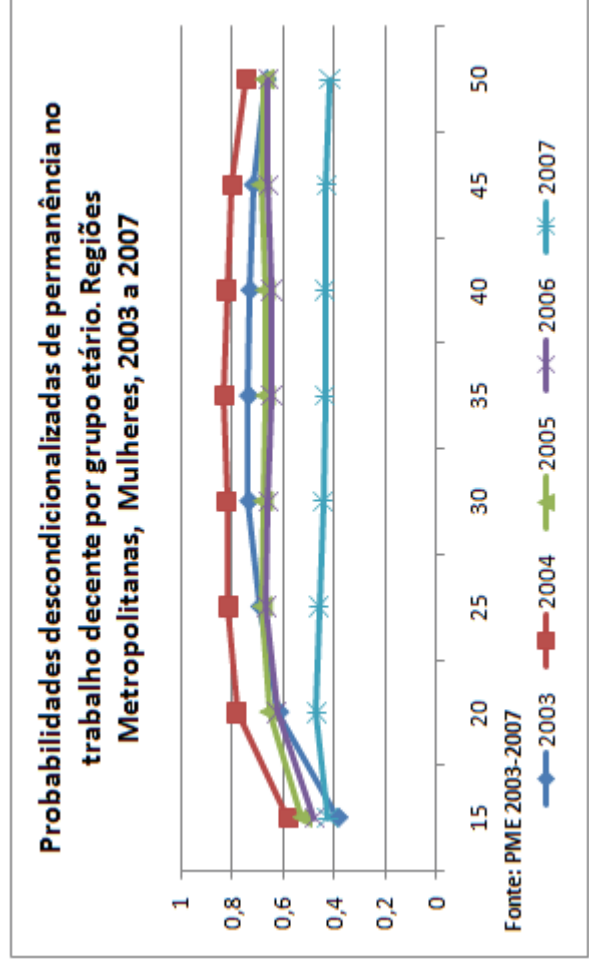
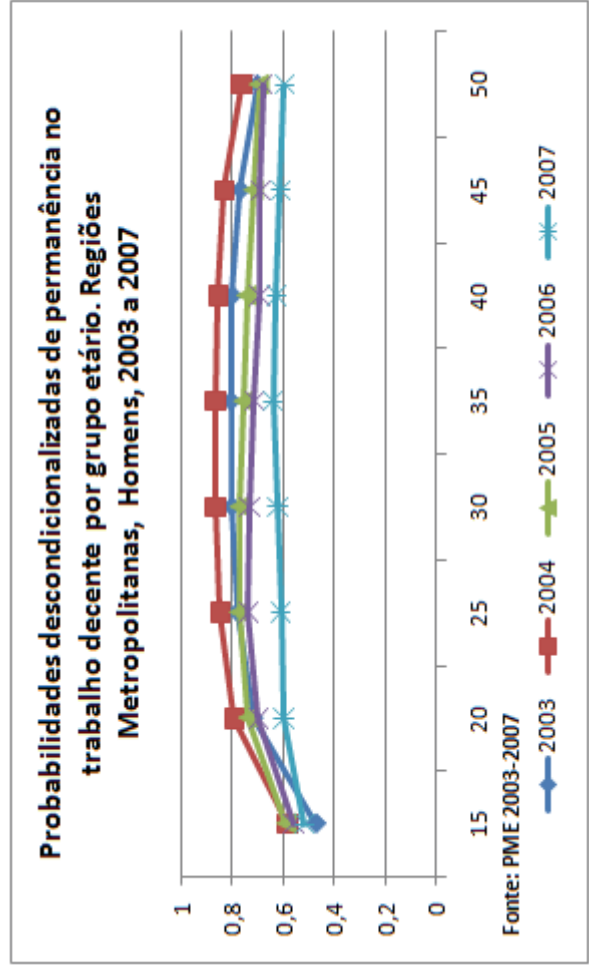
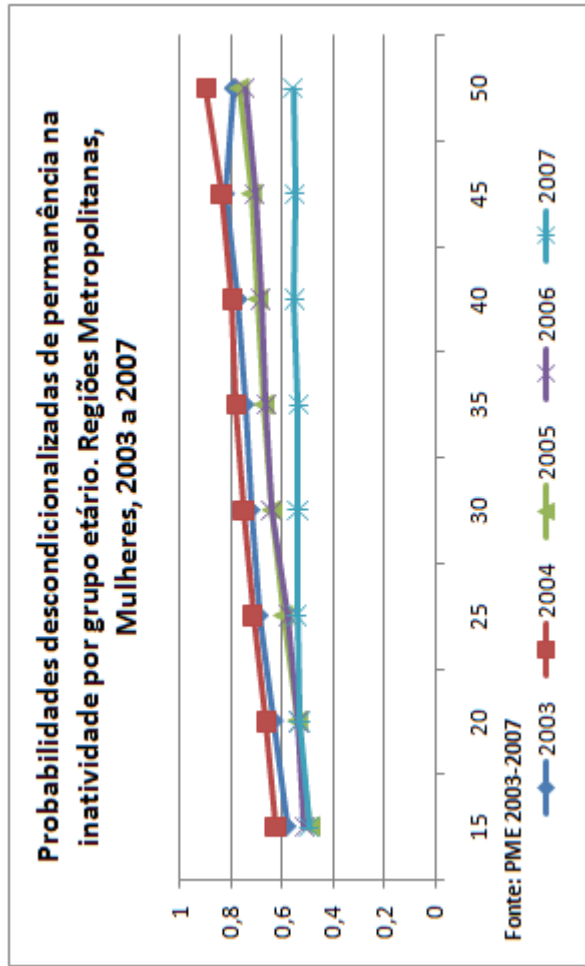
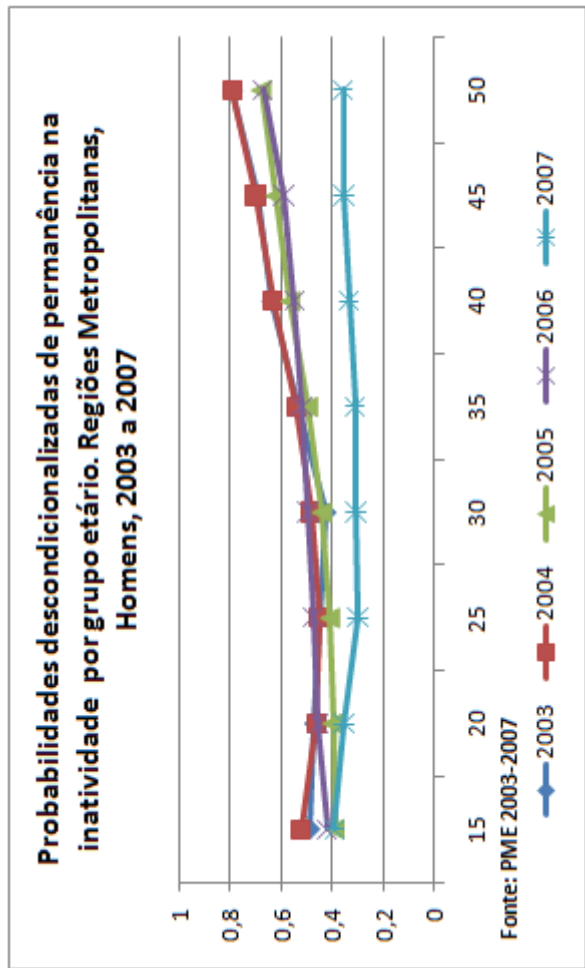
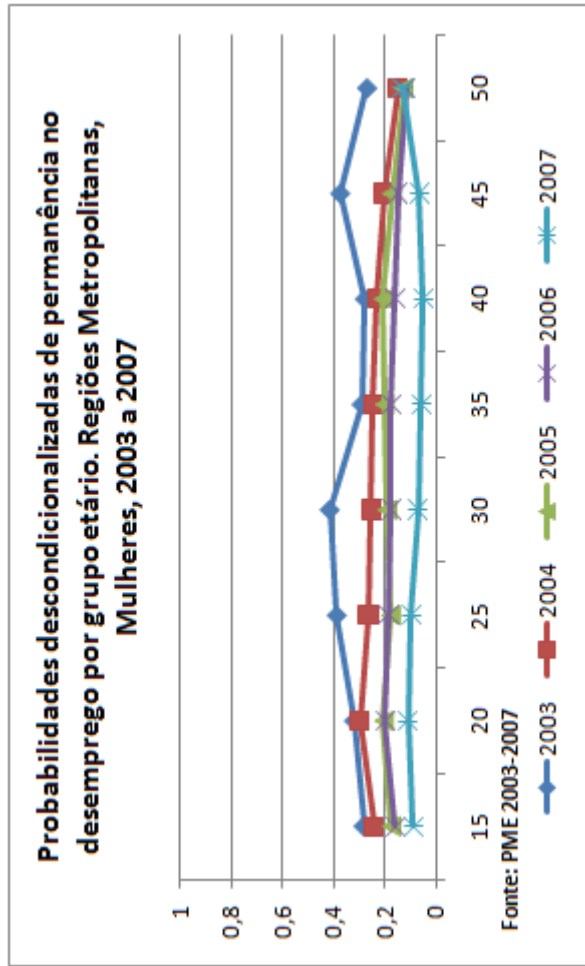
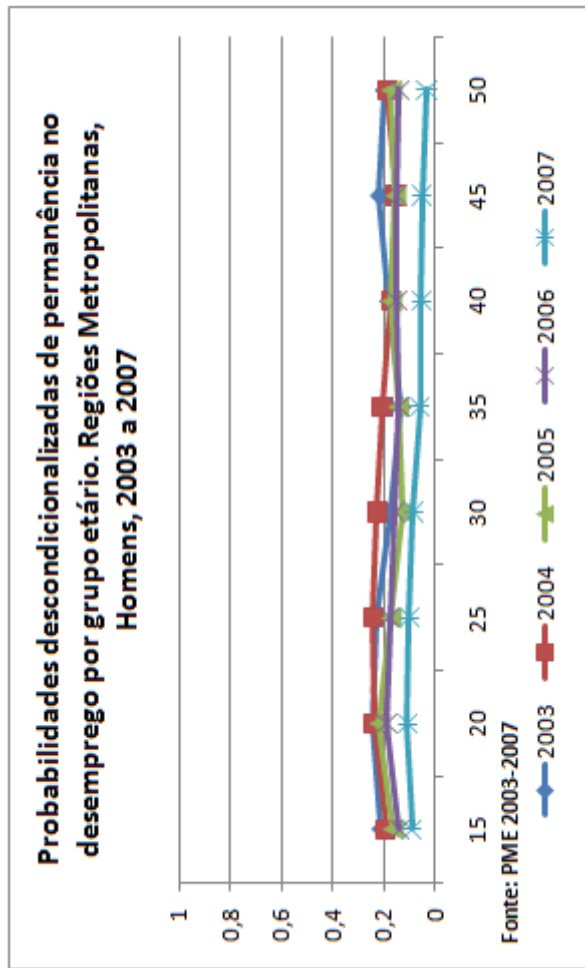


Figura 6: Probabilidades descondicionalizadas de permanência no desemprego e na inatividade partir dos 15 anos de idade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003-2007



Pode-se perceber pela figura que o tempo médio de permanência na precariedade declinou ao longo do período analisado (de aproximadamente 15 anos para 10 anos), da mesma forma que parece não haver diferencial na permanência conforme o sexo (Figura 4). No caso da permanência no trabalho decente, parece de fato haver um diferencial entre homens e mulheres, com o tempo a ser vivido pelos homens superando o das mulheres em todos os pontos no tempo. Todavia, este diferencial tendeu a se reduzir até 2006, e depois se elevou novamente em 2007 porque os homens experimentaram um aumento no tempo médio de permanência no trabalho decente, enquanto que as mulheres experimentaram um declínio. Em geral, as esperanças de vida no trabalho decente mostram que houve melhora após 2003, estabilidade entre 2004 e 2006 e uma melhora para os homens e piora para as mulheres em 2007 (Figura 4). Com relação ao tempo médio de permanência no desemprego, percebe-se que ele manteve-se relativamente estável ao longo do período analisado, e que praticamente não há diferencial entre homens e mulheres (Figura 4). Por fim, o tempo médio de permanência na inatividade é sempre superior para as mulheres do que para os homens, com um diferencial de aproximadamente 15 anos. Conforme discutimos anteriormente, isto pode ser explicado por pelo menos três fatores: permanência por mais tempo das mulheres na escola; o afastamento pelo cuidado dos filhos e a maior longevidade das mulheres (Figura 4).

A Figura 5 mostra os resultados das estimções das probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade e no trabalho decente a partir dos 15 anos de idade por sexo e ano de análise. Os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades descondicionalizadas de permanência na precariedade, sendo que para ambos os sexos houve uma redução de nível nas curvas. Isto indica que, ao longo do período analisado, houve uma redução na probabilidade descondicionalizada de permanência em ocupações precárias em todas as idades. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução nas mesmas para todas as idades e para ambos os sexos. Contudo, ao longo do tempo os diferenciais entre as probabilidades entre homens e mulheres se elevou, sendo as probabilidades dos homens sempre superior à das mulheres.

A Figura 6 ilustra os resultados das estimções das probabilidades descondicionalizadas de permanência no desemprego e na inatividade a partir dos 15 anos de idade por sexo e ano de análise. As probabilidades descondicionalizadas de permanência no desemprego se reduziram ao longo do tempo para todas as idades, e também o diferencial entre essas probabilidades para homens e mulheres.

Passamos agora para a análise das probabilidades de transição conforme a origem na precariedade e no trabalho decente para outros estados (precariedade, trabalho decente, desemprego e inatividade). Esta investigação nos trará evidência de quais são as principais transições a cada idade daqueles indivíduos que iniciaram sua vida ativa em ocupações mais desfavoráveis (i.e., na precariedade) e em ocupações decentes. A Figura 7 mostra o comportamento das probabilidades de transição com origem na precariedade e destino para os outros estados para homens e mulheres em 2003 e 2004. É possível observar pela figura que, por se tratar de um período curto, não há diferenças significativas nas probabilidades para cada grupo populacional. Contudo, entre homens e mulheres é possível verificar-se que há diferencial nas probabilidades de transição, sobretudo do trabalho precário para a inatividade (fluxo 14). A curva de permanência na precariedade é crescente com a idade. A curva de saída do trabalho precário para a inatividade é uma parábola de concavidade para cima, ou seja, as maiores probabilidades encontram-se no início e no final dos grupos etários. A curva de probabilidade de transição da precariedade para o desemprego é decrescente com a idade. Por fim, a curva de transição da precariedade para o trabalho decente é relativamente constante no tempo, apresentando um leve decréscimo nas idades mais avançadas. Em geral, as probabilidades de transição com origem na precariedade são maiores para homens e mulheres na seguinte ordem: o

destino é a precariedade (fluxo 11), o destino é um trabalho decente (fluxo 12), o destino é a inatividade (fluxo 14) e o destino é o desemprego (fluxo 13). Portanto, se um indivíduo encontra-se no estado precário aos 15 anos, ele terá ao longo de sua vida ativa sempre uma maior probabilidade de permanecer no trabalho precário, sendo crescente esta probabilidade ao longo das idades.

Observando-se outros pontos no tempo foi possível verificar em que medida esta situação desfavorável para os trabalhadores precários foi em parte minimizada. A Figura 8 mostra que, entre 2005 e 2006, houve uma redução na probabilidade de permanência na precariedade e um aumento nas probabilidades de transição da precariedade para o trabalho decente e da precariedade para a inatividade, sobretudo nos primeiros grupos etários e para ambos os sexos. Fazendo-se uma contraposição entre 2003 e 2007, os anos extremos em nossa análise (Figura 9), fica claro que houve uma redução nas probabilidades de permanência no trabalho decente para ambos os sexos e todos os grupos etários, um aumento na probabilidade de transição da precariedade para o trabalho decente, sobretudo para os homens e um aumento na probabilidade de transição da precariedade para a inatividade, sobretudo para as mulheres.

Passando-se para a análise das probabilidades de transição de um indivíduo que se insere em um trabalho decente observando-se as proporções de transição observadas em 2003, 2004, 2005 e 2006, podemos verificar que a probabilidade de saída do trabalho decente para o trabalho precário possui um nível bastante baixo para todas as idades (Figuras 10 e 11). A curva da probabilidade de permanência no trabalho decente por idade, entretanto, pode ser descrita por uma parábola de concavidade voltada para cima, i.e., as maiores probabilidades de permanência no trabalho decente são atingidas entre os 30 e 40 anos de idade. Cumpre ressaltar que a probabilidade de permanecer no trabalho decente é mais elevada entre aqueles que possuem origem no trabalho decente a cada idade. De certa forma este resultado reflete o maior grau de proteção ao emprego decente, uma vez que este possui, de certa forma, um conjunto de garantias ao trabalhador e lhe permite uma maior estabilidade. A probabilidade de transição do trabalho decente para o desemprego possui o nível mais baixo em todas as idades, e apresenta também um formato de parábola com concavidade voltada para cima, indicando que as maiores probabilidades de transição são observadas entre os 30 e 40 anos de idade do trabalhador. Para os homens, a probabilidade de permanência no trabalho decente é sempre superior à das mulheres em todas as idades, e para as mulheres a probabilidade de transição do trabalho decente para a inatividade é sempre superior à dos homens.

Resumindo-se as evidências para o período, a Figura 12 revela que houve uma mudança drástica em 2007, com um aumento significativo da probabilidade de transição do trabalho decente para a inatividade para homens e mulheres, porém de maior magnitude para as últimas. No caso das trabalhadoras, houve uma redução em todas as idades da probabilidade de permanência no trabalho decente. Para os homens, entretanto, a probabilidade de permanência no trabalho decente manteve-se elevada, a despeito do aumento das probabilidades de transição do trabalho decente para a inatividade.

Figura 7: Probabilidades descondicionadas de transição com origem na precariedade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003 e 2004

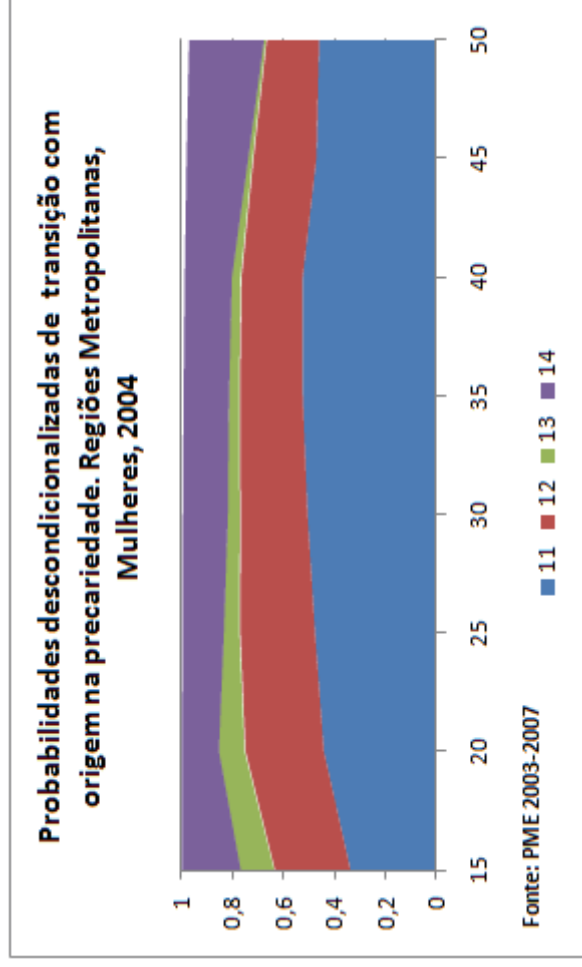
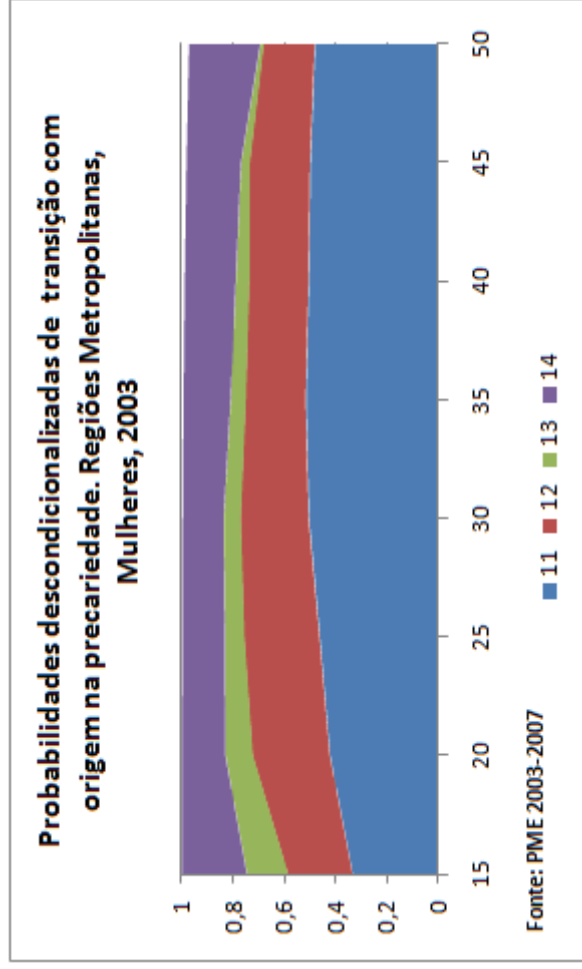
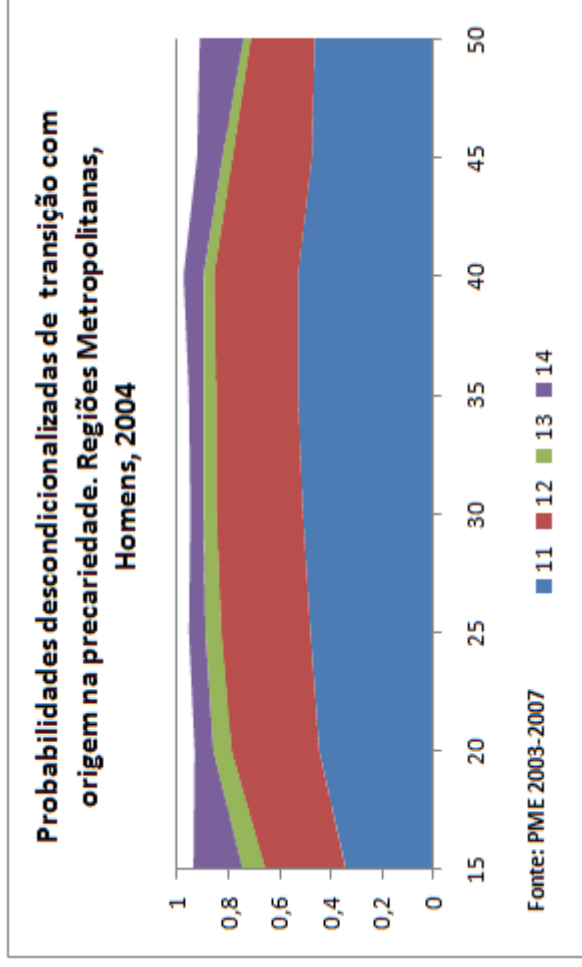
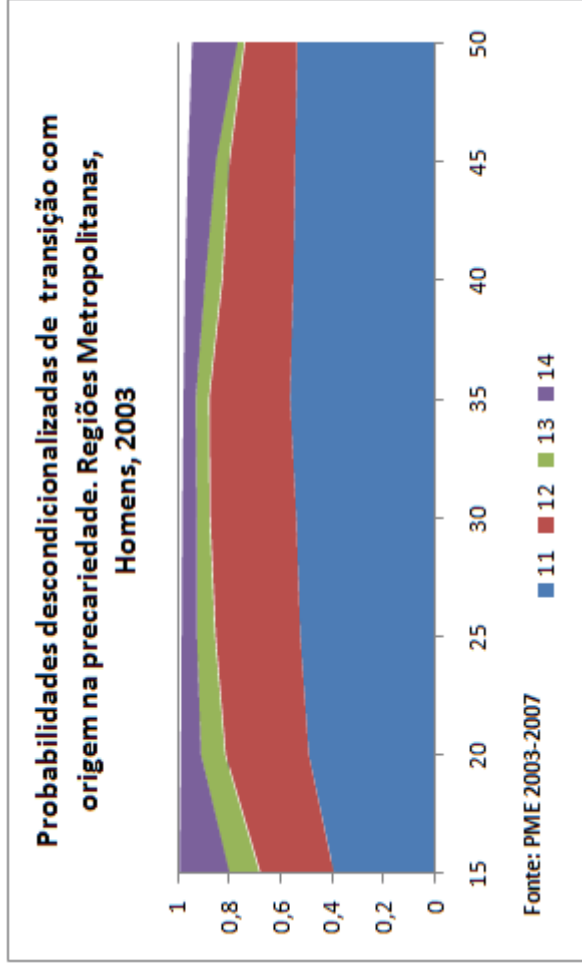


Figura 8: Probabilidades descondicionadas de transição com origem na precariedade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2005 e 2006

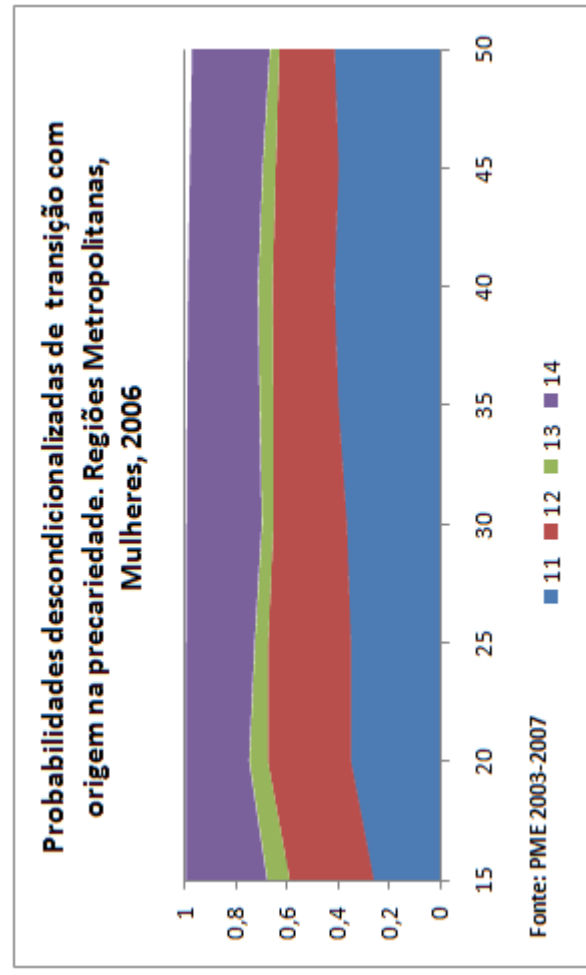
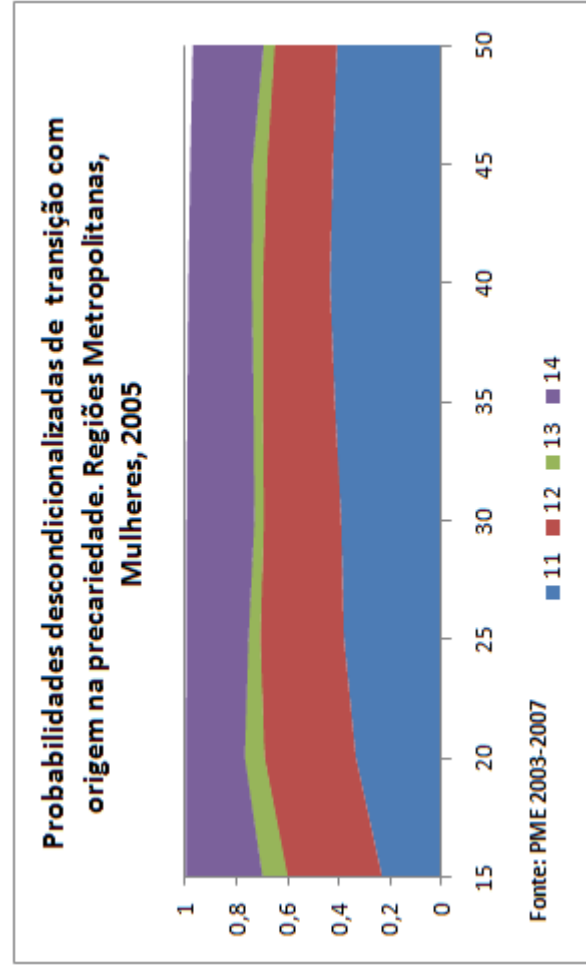
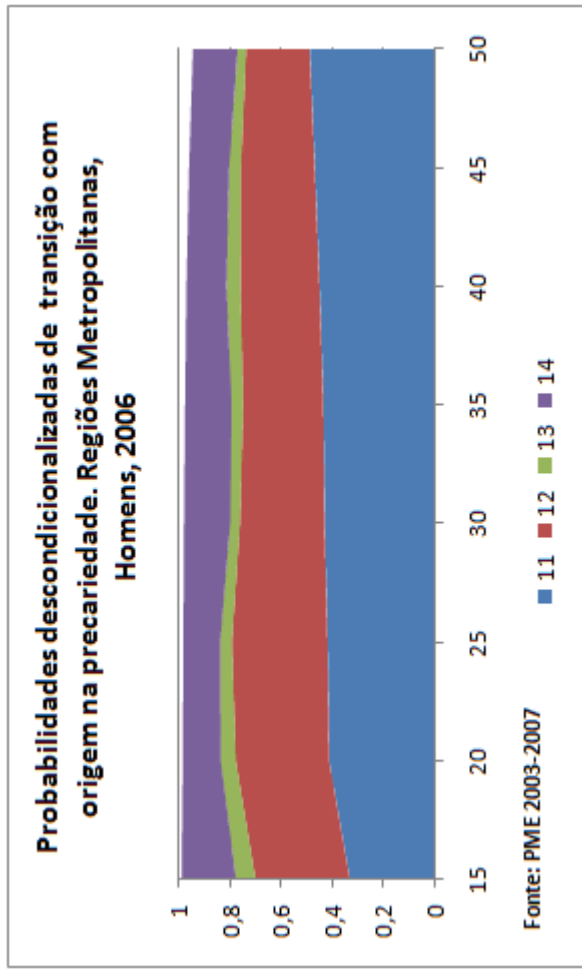
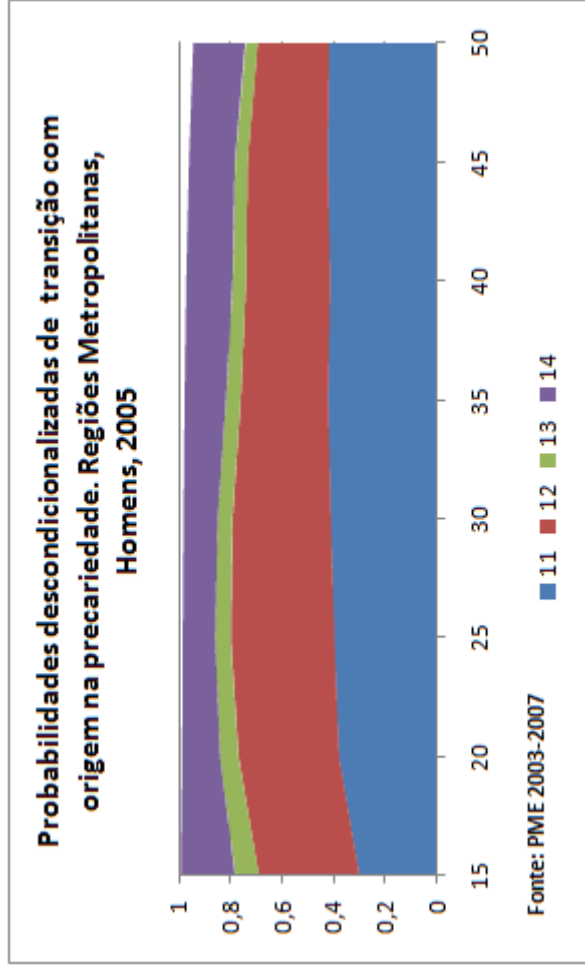


Figura 9: Probabilidades descondicionalizadas de transição com origem na precariedade por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003 e 2007

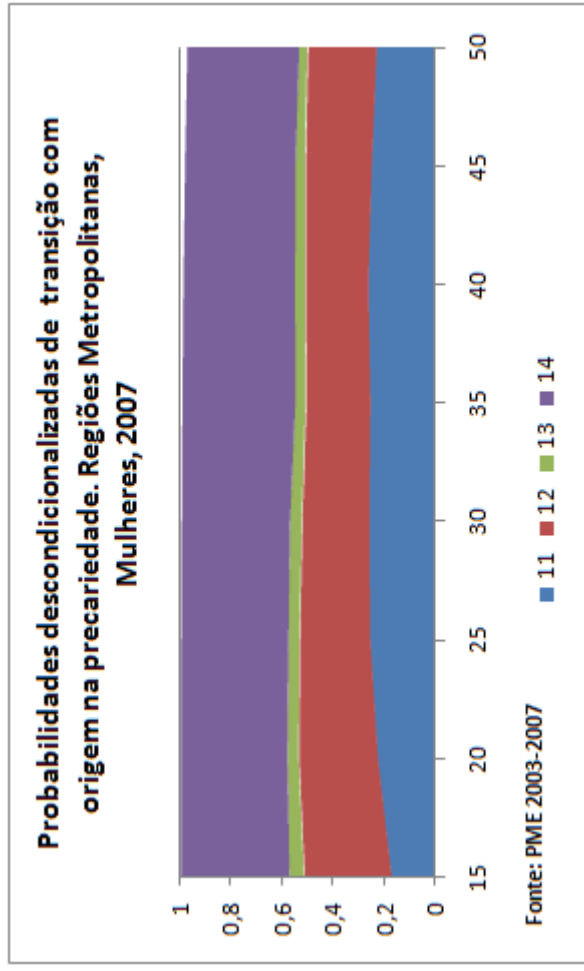
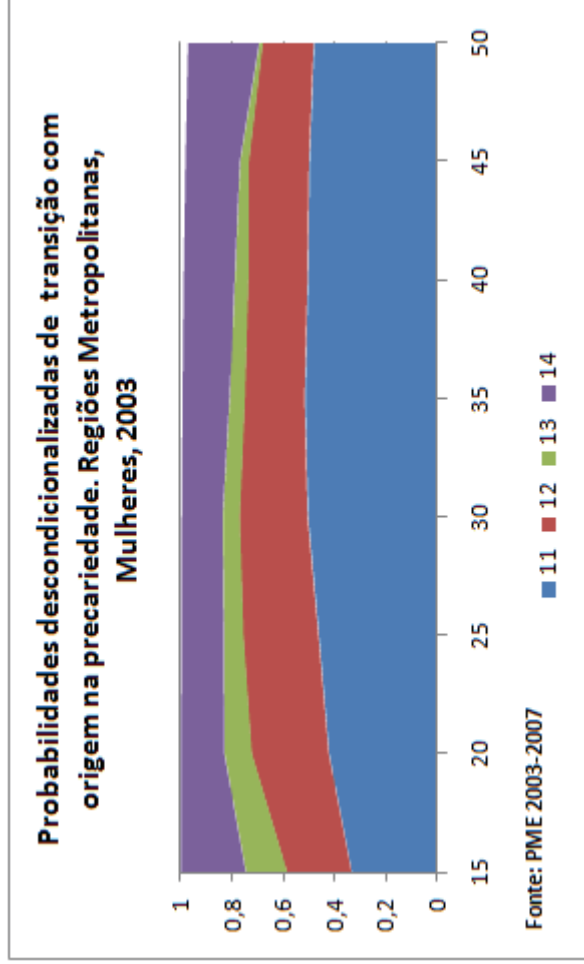
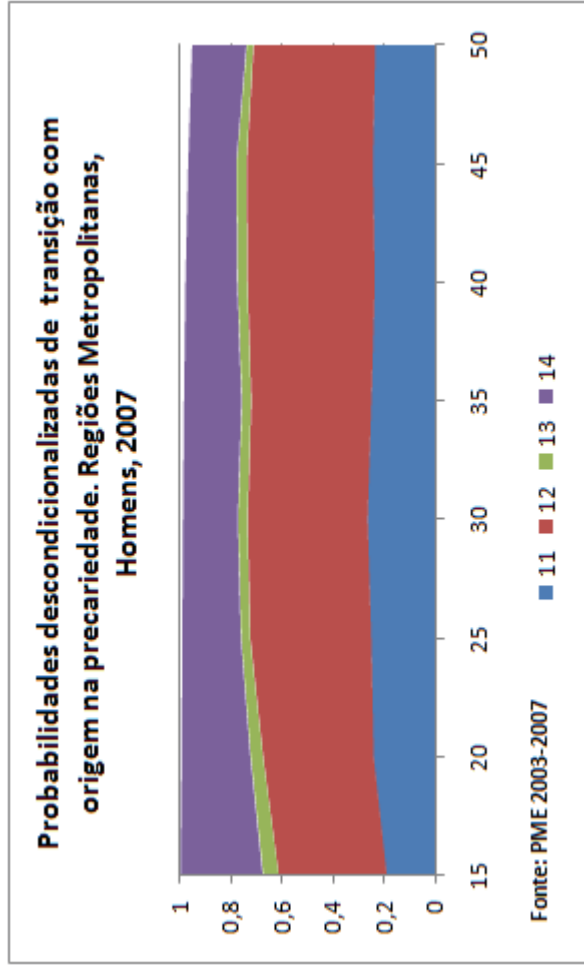
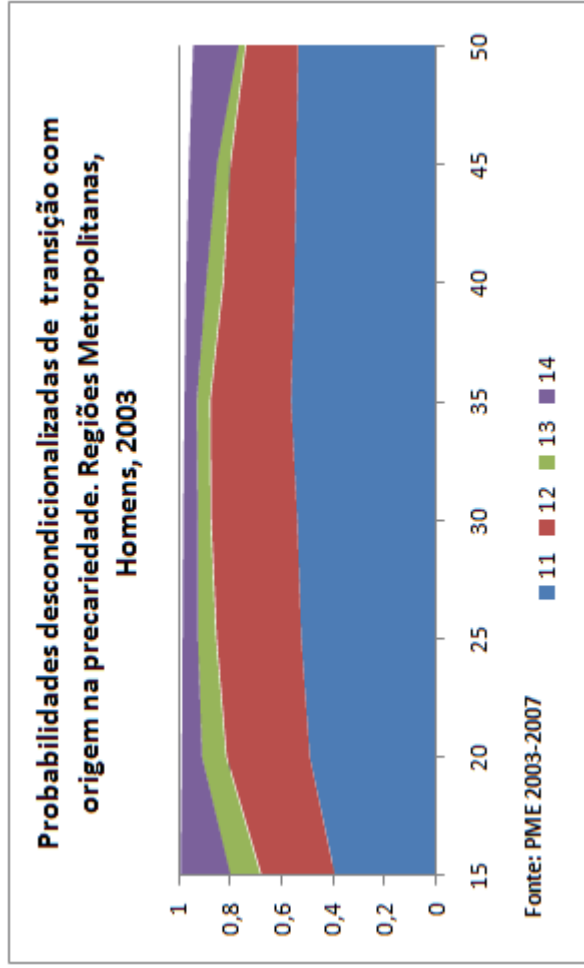


Figura 10: Probabilidades descondicionadas de transição com origem no trabalho decente por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003 e 2004

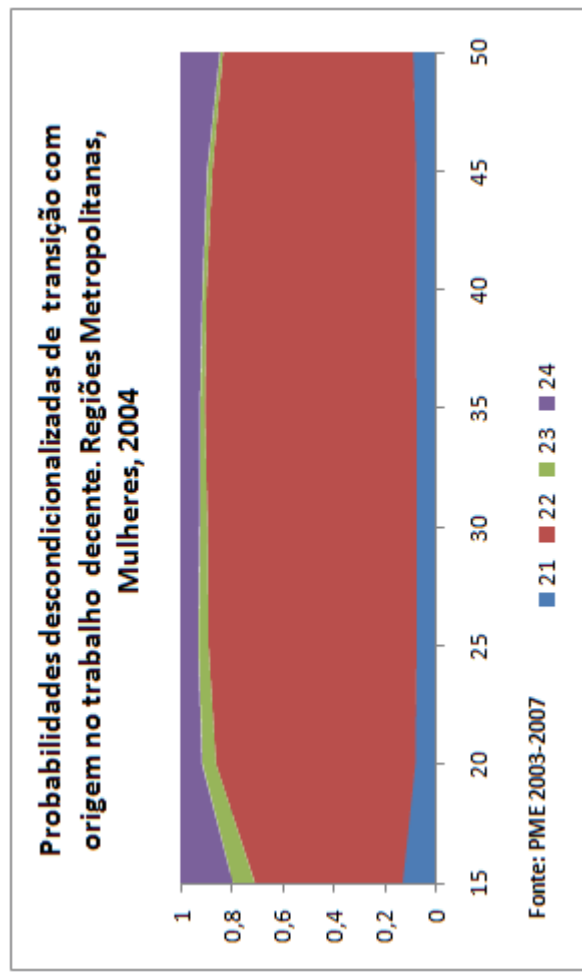
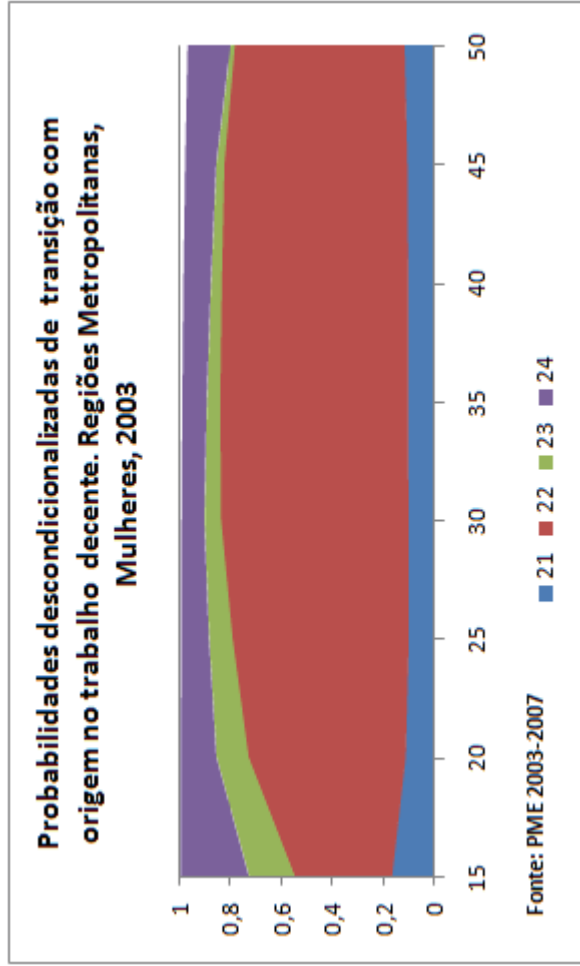
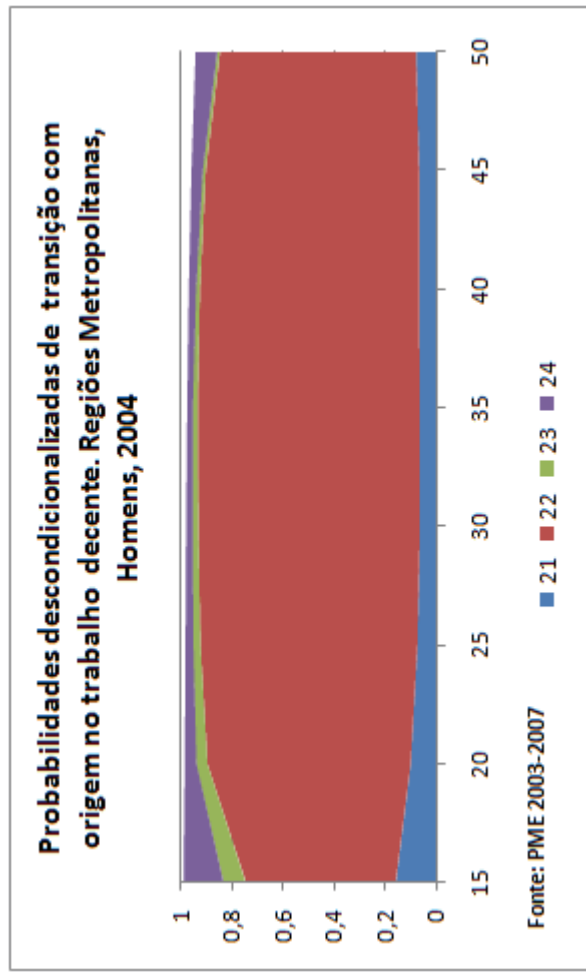
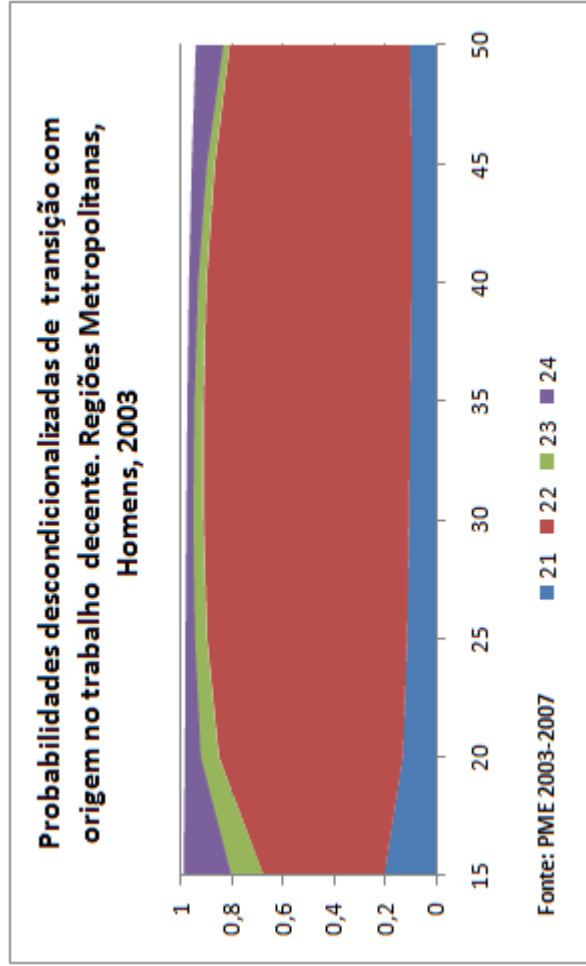


Figura 10: Probabilidades descondicionadas de transição com origem no trabalho decente por sexo. Brasil Metropolitanano, 2005 e 2006

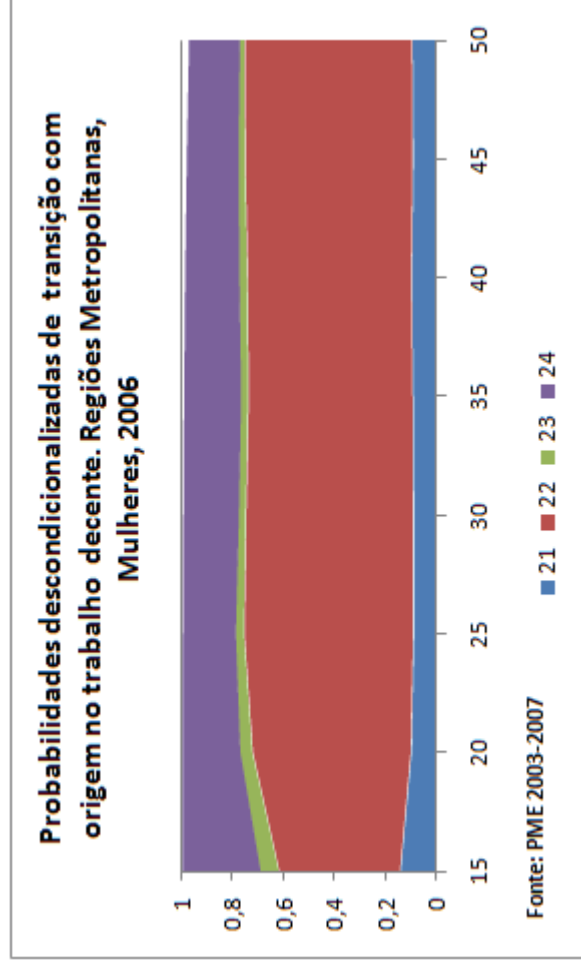
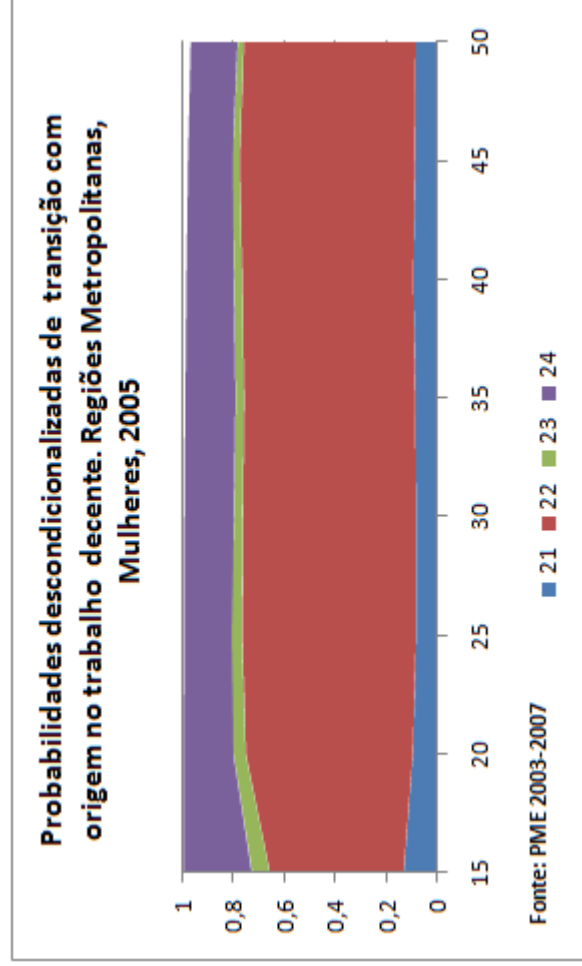
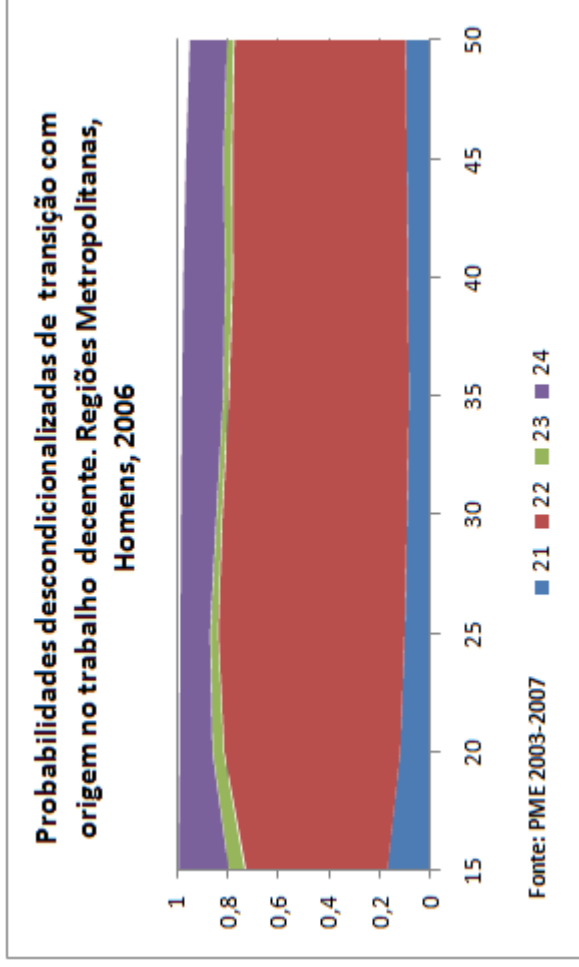
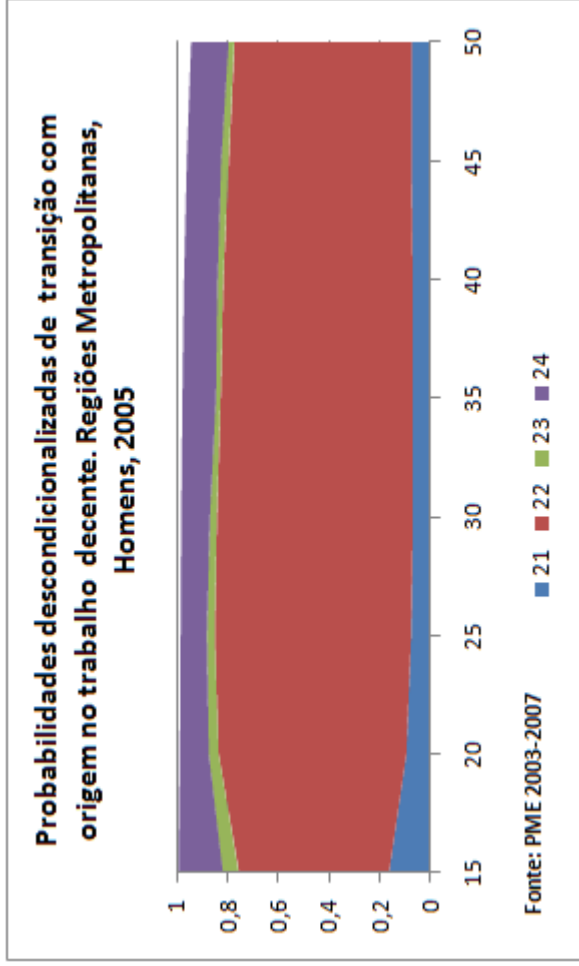
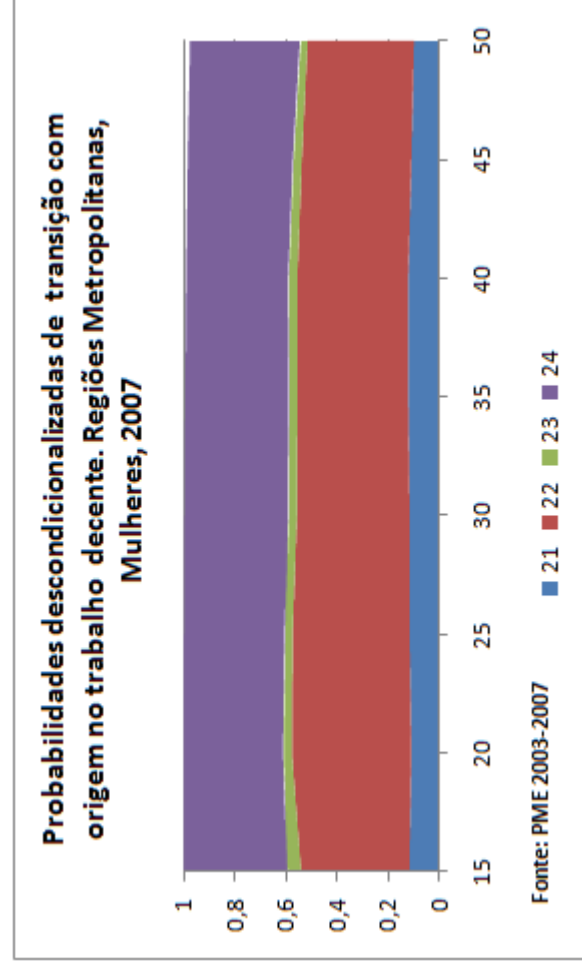
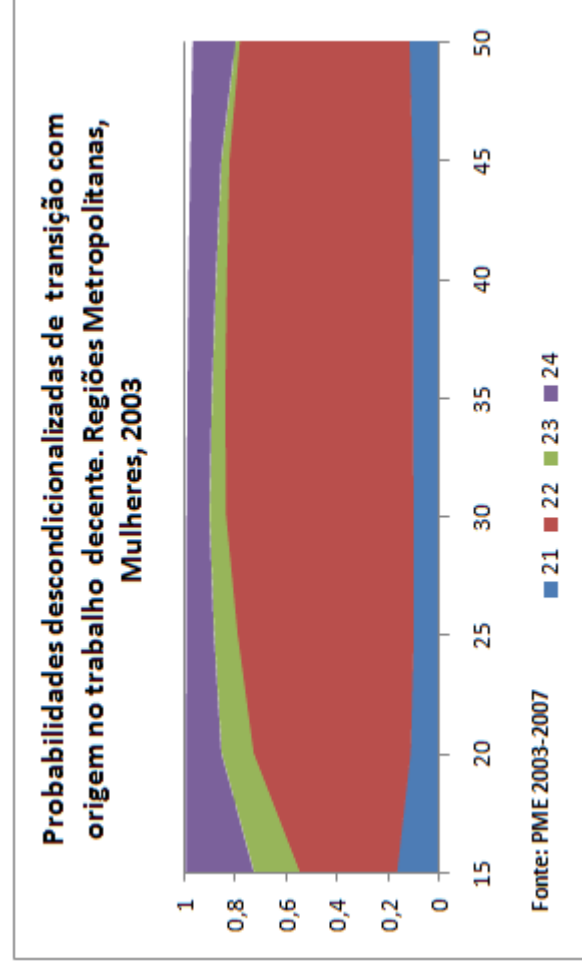
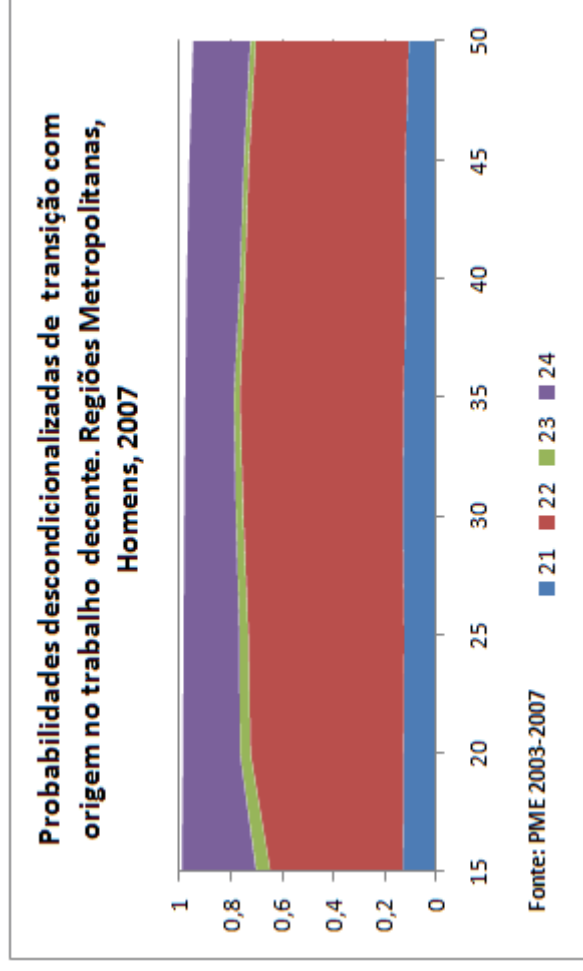
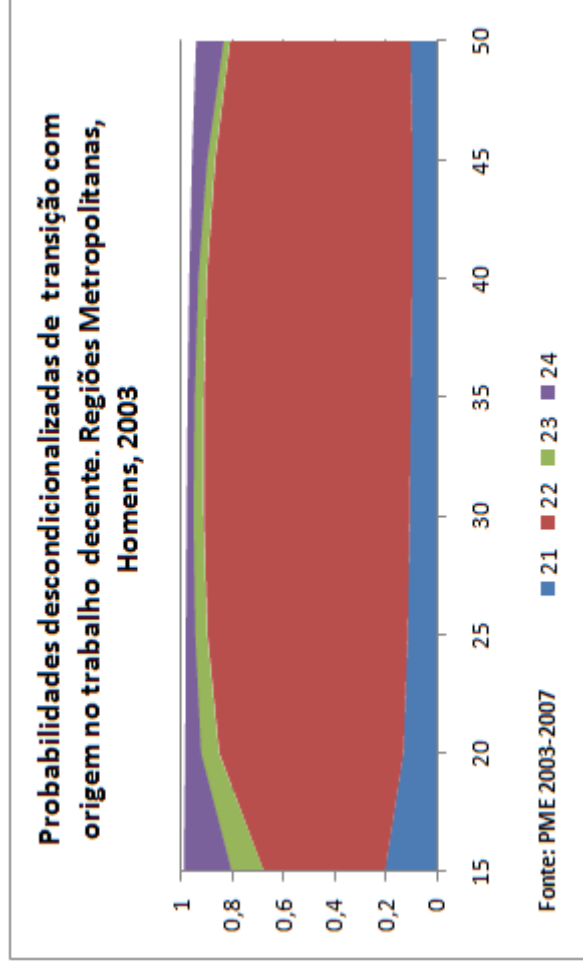


Figura 12: Probabilidades descondicionalizadas de transição com origem no trabalho decente por sexo. Brasil Metropolitanano, 2003 e 2007



5. Conclusão

A garantia de ocupações decentes a todos os trabalhadores foi um compromisso assumido pelo governo brasileiro documentado através da Agenda Nacional do Trabalho Decente. Contudo, num país no qual prevalecem ao longo da história muitas desigualdades (sociais, de renda, de acesso, de oportunidades), muito ainda há que ser feito de forma a garantir que todos tenham acesso ao trabalho decente e que possam permanecer neste emprego o maior tempo possível.

Este trabalho buscou investigar em que medida houve variação no tempo de permanência em ocupações precárias e decentes no Brasil Metropolitano, utilizando-se um instrumental demográfico (as tábuas de vida multiestado). As evidências aqui obtidas revelam que tempo médio de permanência na precariedade declinou ao longo do tempo tanto para homens quanto para as mulheres. Contudo, permanece um diferencial por sexo no tempo médio de permanência no trabalho decente, indicando a necessidade de políticas de emprego focalizadas para as mulheres que permitam que elas possam se manter nestas ocupações.

Uma análise descritiva dos dados revelou os negros estão sobrerrepresentados entre aqueles trabalhadores que permaneceram no trabalho precário, enquanto que os brancos estão sobrerrepresentados entre aqueles trabalhadores que permaneceram em ocupações decentes. Ademais, evidenciou-se que prevalecem entre os que permaneceram no trabalho decente grupos populacionais com escolaridade mais elevada, enquanto que entre os que permaneceram no trabalho precário prevalecem grupos populacionais com menor escolaridade. Em relação às Regiões Metropolitanas, Rio de Janeiro se destaca pela maior proporção de trabalhadores que permaneceram na precariedade e a RM paulista se destaca com a maior proporção de indivíduos que permaneceram no trabalho decente. A RM de Porto Alegre apresenta uma menor prevalência na população de indivíduos que permaneceram no trabalho precário em relação ao emprego decente. Já as RMs de Recife e Salvador claramente possuem uma menor prevalência na população de indivíduos que permaneceram em ocupações decentes.

No que diz respeito às probabilidades de transição que levam em consideração a mortalidade a cada grupo etário (probabilidades descondicionalizadas), os diferenciais por sexo não parecem ser tão marcantes para as probabilidades de permanência na precariedade, sendo que para ambos os sexos houve uma redução nestas probabilidades a cada idade, o que é, de certa forma, uma boa notícia. Em termos das probabilidades de permanência no trabalho decente, ao longo do tempo houve também uma redução nas mesmas para todas as idades e para ambos os sexos. Contudo, ao longo do tempo os diferenciais entre as probabilidades entre homens e mulheres se elevou, fato este que, mais uma vez, reforça a necessidade de políticas focalizadas nas mulheres.

No que tange ainda às probabilidades de transição com origem no trabalho decente, evidencia-se que em 2007 houve um aumento significativo da probabilidade de transição do trabalho decente para a inatividade para homens e mulheres, porém de maior magnitude para as últimas. No caso das trabalhadoras, houve uma redução em todas as idades da probabilidade de permanência no trabalho decente. Para os homens, entretanto, a probabilidade de permanência no trabalho decente manteve-se elevada, a despeito do aumento das probabilidades de transição do trabalho decente para a inatividade.

Em resumo, as recentes políticas de emprego no Brasil conseguiram se traduzir em uma redução do tempo de permanência na precariedade e nas probabilidades de transição para este estado. Contudo, houve também uma redução nas probabilidades de permanência no trabalho decente. Fica a lição de que, para fortalecer o tempo médio de permanência no trabalho decente, é necessário, de certa forma,

que se fortaleça o vínculo entre as políticas de emprego e o crescimento econômico. O Brasil certamente possui um potencial de crescimento econômico que deve ser aproveitado, além, é claro, de uma população que necessita que os frutos deste crescimento sejam traduzidas em melhorias na sua vida laboral e no seu bem-estar.

Referências

Anker, R., Chernyshev, I., Egger, P., Mehran, F., and Ritter, J. (2002). Measuring decent work with statistical indicators. Technical Report 2, International Labour Office, Geneva.

Barros, R. P., Carvalho, M., Franco, S., e Mendonça, R. (2006). Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, 8(1): 117–147.

CELADE (2001). América latina: Tablas de mortalidad - 1950-2050. *Boletín Demográfico*, (67).

Enterline, P. E. e McKiever, M. F. B. A. (1963). Differential mortality from lung cancer by occupation. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 5(6):283–290.

Ghai, D. (2002). Decent work: Concepts, models and indicators. Technical Report 139, International Labour Office, Geneva.

IPEA (2007). Carta de conjuntura. Technical report, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Ministério do Trabalho e Emprego (2009). Programa Nacional do Trabalho Decente - PNTD. Portal do Trabalho e Emprego. Acesso em 01 de Setembro de 2009.

Namoodiri, K. e Suchindran, C. M. (1987). Life table techniques and their applications. *Studies in Population*. Academic Press.

OIT (1999). Decent work: Report of the director general. In 87th International Labour Conference.

Pochmann, M. (2006). Desempregados do Brasil. In Antunes, R., editor, *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, pages 59–73. Boitempo, São Paulo.

Pérez, E. R. e Turra, C. M. (2008). Desigualdade social na mortalidade no Brasil: diferenciais por escolaridade entre mulheres adultas. In *Anais do XVI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*.

Ribas, R. P. e Soares, S. (2008). Sobre o painel da pesquisa mensal de emprego (PME) do IBGE. Texto para discussão 1348, IPEA, Brasília.

Rogers, A. (1995). *Multiregional Demography: principles, methods and extensions*. Wiley.

Ruzicka, L., Wunsch, G., and Kane, P. (1995). *Differential Mortality: Methodological Issues and Biosocial Factors*. Oxford University Press.